UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

BACHARELADO EM SOCIOLOGIA

CARLOS EVARISTO SOUSA QUINTO DOS SANTOS

ACESSO À MORADIA E NOVOS CONTORNOS DA VIDA NOS CONDOMÍNIOS POPULARES

Setembro de 2013

CARLOS EVARISTO SOUSA QUINTO DOS SANTOS

ACESSO À MORADIA E NOVOS CONTORNOS DA VIDA NOS CONDOMÍNIOS POPULARES

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Bacharel em Sociologia. Sob a orientação da Professora Iracema Brandão Guimarães.

Salvador/BA, 2013

Carlos Evaristo Sousa Quinto dos Santos

Acesso à Moradia e Novos Contornos da Vida nos Condomínios Populares

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Bacharel em Sociologia. Sob a orientação da Professora Iracema Brandão Guimarães.

_____
Iracema Brandão Guimarães
Doutora em Sociologia/USP

_____
Clóvis Roberto Zimmermann
Doutor em Sociologia/Universitat Heidelberg (Ruprecht-Karls)
Coordenador da Pós-graduação em Ciências Sociais/UFBa

_____
Maria Salete Souza de Amorim
Doutora em Ciência Política/UFRGS
Coordenadora da graduação em Ciências Sociais/UFBa

Salvador, 26 de setembro de 2013

“Dedico este trabalho a todos aqueles que colaboraram para que o meu esforço se mantivesse acesso como uma vela que sob forte vento ainda combate a escuridão que insiste em desafia-la; em especial à minha mãe, Elenilda, a o meu pai, Erótildes e à Emanuela Araújo, que sempre me amparou nessa trajetória.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que me ajudaram na elaboração deste trabalho: à Professora Iracema Brandão Guimarães, aos professores do curso, ao Centro de Recursos Humanos e todos os seus funcionários e professores associados e aos movimentos de luta por moradia que me receberam com solicitude e carinho quando mais precisei em meu processo de pesquisa.

“Pois o nosso conhecimento é limitado e limitada a nossa profecia.”

São Paulo; 1Co 13,9

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo descrever uma perspectiva do processo de urbanização no Brasil e como isso acarretou graves problemas quanto à disponibilidade de moradias dignas para a imensa maioria da população. Deste ponto de vista, procuramos compreender como a luta por moradia digna continuava a se consolidar no país e como a eleição do governo do PT e a inauguração de um programa de longo alcance, o *Programa Minha Casa Minha Vida*, vem proporcionando uma gradativa mudança de moradores das *Ocupações* dos *movimentos dos Sem-Teto* para condomínios e conjuntos construídos com verbas desse programa. Como esses condomínios são construídos longe dos centros fornecedores de empregos e trabalhos, mesmo que informais, geralmente impedem os trabalhadores de conquistarem seu sustento além de inserir os mesmos em modos de vida que antes não era visto com regularidade enquanto moravam nas ocupações. percebeu-se também um aumento dos gastos do ponto de vista objetivo o que provoca uma individualização de práticas e comportamentos que antes eram tomados de forma coletiva. Para a coleta de dados utilizamos questionários semi-estruturados e visitas aos condomínios e, para interpretar todo esse processo, nos apoiamos do conceito de *habitus* desenvolvido por Bourdieu.

Palavras Chave: Urbanização; moradia; Programa Minha Casa Minha Vida; Movimentos dos Sem-Teto, ocupações, práticas.

Índice

Capítulo 1. Estabelecendo a problemática habitacional..... 10

1.1. A habitação de interesse social..... 12

1.2. O programa Minha Casa Minha Vida..... 16

1.3. Delimitando o problema..... 17

1.4. Por que os *sem-teto*?..... 20

Capítulo 3. Metodologia da pesquisa..... 27

Capítulo 4. Da conquista da casa à conquista da cidadania: análises de situações específicas..... 31

4.1. Como são transferidos?..... 36

Capítulo 5. Em conclusão..... 49

6. Referência bibliográficas..... 53

7. Anexos..... 59

7.1. Anexo 1: Lista de gráficos..... 59

7.2. Anexo 2: Lista de imagens..... 63

7.3. Anexo 3: Instrumentos de pesquisa..... 66

Capítulo 1. Objetivos

1.1. Geral

Analisar a conquista da casa própria e a aquisição de novos serviços e padrões de comportamento, em prejuízo de outros, entendidos como característicos à vida nas *ocupações* dos movimentos de luta por moradia, como expressão de status, prestígio e distinção.

1.2. Específicos

- Identificar o acesso e a aquisição de novos serviços comuns à vida nos conjuntos/condomínios populares;

- Quando são beneficiários do PMCMV, compreender como conseguem manter o pagamento das prestações das casas ou apartamentos;

- Interpretar se esses novos serviços/bens atribuídos à habitação moderna comprometem de alguma forma a manutenção e qualificação de outros serviços hipoteticamente mais necessários, como educação, alimentação, vestuário ou Saúde.

Capítulo 2: Habitar e trabalhar

Para se introduzir a discussão sobre a falta de casas para morar nas metrópoles brasileiras, é necessário compreender também, mesmo que de forma bastante razoável, o que faz a questão da moradia se tornar tão importante por meio de um ponto de vista histórico-social. Desde a *revolução industrial* as Ciências Sociais observaram um tratamento da questão principalmente estabelecendo correspondências com os artigos de Engels reunidos no livreto intitulado "*A questão da habitação*". No trabalho "**Como a burguesia resolve a questão da habitação**" o autor nos diz: *"Um exemplo eloquente de como a burguesia resolve na pratica a questão da habitação. Os focos de epidemias, as cavas mais imundas (...)".* Prosseguindo em suas observações sobre as condições de vida dos trabalhadores na Inglaterra o autor comenta: "(...) *o operário é constrangido a habitar estas casas em mau estado por que não pode pagar o aluguel de outros melhores, ou então por que não existem melhores nas proximidades das fábricas* (...)" (ENGELS, 1985).

No Brasil, mesmo com breves iniciativas dos governos centrais que sempre tentaram, ao menos, minimizar o alcance dessa problemática, a questão das casas para as classes mais necessitadas não passou de rompantes sem ressonância, o que acarretou graves problemas tanto sociais quanto sanitários. Os primeiros migrantes nos centros urbanos e, já nesse momento, polos industriais do país procuraram, como primeira opção, o inquilinato nos cortiços e "*casas de avenida*". A subdivisão dos antigos sobrados no centro histórico (no caso de Salvador) para aluguel – prática surgida no final do século XIX, com a abertura de novas áreas habitacionais nos arredores imediatos para famílias abastadas vai, gradativamente, dando lugar a cortiços. Esses perduram associados aos "abecedários", aos "becos" e às "casas de avenida", que surgem como forma de habitação popular na virada do século, expandindo-se até a década de 1940, quando grandes levas de população passam a chegar da zona rural em busca de trabalho (GORDILHO 2007[1]).

A proximidade do local de trabalho foi continuamente uma questão central para os trabalhadores que se propunham, por questões de necessidade primeira, a morar nos desconhecidos e pouco receptivos centros urbanos. Morar próximo ao trabalho seria imprescindível tanto para a conquista do sustento imediato, quanto para a manutenção do habitat; que, por menos caros e simples que fossem, prescindiriam de meios relativamente estáveis e fixos para trazer

segurança e tranquilidade para os trabalhadores e seus familiares dependentes. Henry Lefebre em *O direito à cidade* (1991) nos trás anotações importantes que corroboram nossa afirmação de que era de extrema importância, naquele momento, que aqueles migrantes – geralmente pobres, oriundos das mais distantes zonas do norte-nordeste do país – estivessem próximos o quanto possível das restritas fontes de renda; bem como para os empregadores que, entendendo a emergência desse novo exército de proletários dispostos a assumir as mais diversas e degradantes funções, o que seria ideal implantar centros de serviços e pequenas indústrias próximas à esses novos aglomerados urbanos.

> "A indústria nascente tende a se implantar fora das cidades. (...) Não sendo satisfatória para os "empresários" a implantação fora das cidades, desde que possível a indústria se aproxima dos centros urbanos. Inversamente, a cidade anterior à industrialização acelera o processo (em particular, ela permite o rápido crescimento da produtividade). A cidade, portanto, desempenhou um papel importante do take off (Rostow), isto é, na arrancada da indústria. As concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais no sentido de Marx" (LEFEBVRE 1991, pág. 9).

Mas, com o combate às moradias precárias e o aumento crescente da população nas cidades com maior desenvolvimento econômico, a opção encontrada foi a busca por regiões menos urbanizadas das cidades. A *ocupação* de morros, encostas e zonas distantes dos centros foi a solução habitacional encontrada por essa grande massa de trabalhadores formais e informais. O crescimento da demanda por moradias e o notório descontrole do Estado para com a situação determinou o desenvolvimento de novas e vigorosas "favelas" ou *invasões*, ocupações coletivas que apresentam uma diferenciação conceitual e geográfica. – ainda sem consenso entre sociólogos, geógrafos e urbanistas. Ainda do ponto de vista da relação entre os conceitos e os fatos expostos anteriormente, podemos observar que os primeiros tenderam a se diferenciar no que se reporta às suas origens e às trajetórias que, tanto as *favelas* quanto as *invasões* seguem em seu desenvolvimento. Quanto a isso podemos recorrer à GORDILHO-SOUZA quando nos diz:

> "Observa-se que as denominações favela e invasão se aproximam quanto ao sentido, mas não corresponde exatamente aos mesmos tipos de ocupação popular nas diferentes cidades. Uma área originada por invasão coletiva, geralmente, constitui uma favela, mas não necessariamente uma favela origina-se por invasão coletiva, podendo ter havido permissão de uso, como no caso das pioneiras, no Rio de Janeiro. Para Salva-

> dor, os índices revelados para as áreas de ocupação coletiva por invasão não dão conta da questão da legalidade da ocupação habitacional, tampouco das condições precárias de habitação na cidade" (GORDILHO-SOUZA, 2001).

2.1. A habitação de interesse social

Esse processo resultou na tomada de diversas medidas por parte do poder público a fim de amenizar o déficit habitacional; como a doação de terrenos da União para o incentivo de construções de residências formais por parte da população. Essas ações, além de não contarem com a mínima responsabilidade do Estado para com o processo construtivo, ainda incentivou um mercado informal de terrenos públicos (CLOUX, 2008). Todas essas iniciativas sucumbiram perante a especulação imobiliária e a dependência que a questão da moradia desenvolveu em relação às leis econômicas que, já neste tempo, também regulavam o mercado de imóveis populares.

Em busca de alternativas para a concentração do mercado imobiliário formal na faixa da população que detinha trabalho formalizado – como carteira assinada e renda média entre três e cinco salários mínimos – a população mais necessitada consolidou um processo de parcelamento informal de terrenos. Quanto a isso, a professora Ângela Gordilho de Souza nos diz novamente que:

> "Em síntese, entende-se que na conquista da habitação, da forma como se realizou, além de segregada em áreas de pobreza, consolidou um imenso ambiente de ocupações efetuadas à revelia dos parâmetros de habitabilidade, através de favelas, invasões e demais. (...) Situadas fora desses parâmetros e distantes dos limites da cidade formal e dos benefícios nela contidos, caracterizam-se como amplos espaços concentradores de pobreza e de exclusão urbanística." (GORDILHO-SOUZA, 2000).

Desse modo, pudemos compreender que a ausência de uma política de inclusão da população num mercado de trabalho formal foi fundamental para determinar a não inserção desses mesmos trabalhadores num mercado social de habitações; o que se daria por um comércio que, assim como o do trabalho, seria informal como a aquisição de terrenos sem condições estruturais e sanitárias mínimas para a construção – o que se tornou cíclico e potencializou um mercado de materiais para construção, também informal, entre pequenos empresários da regiões onde os empreendimentos, à essa altura, precários, se instalavam. A titulo de exemplo,

Ermínia Maricato (1982) aponta em *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* de no capítulo **"AUTOCONSTRUÇÃO, A ARQUITETURA POSSÍVEL"** que, na tentativa de amenizar as inconveniências do avanço das ocupações coletivas para zonas, já neste momento, valorizadas pelo mercado capitalista da moradia, o Estado buscou implementar diversas políticas que tinham como objetivo fundamental promover um mercado imobiliário para a população de baixa renda. Essas tentativas - ora frutíferas ora estéreis – pouco ou nenhum resultado objetivo trouxe para a citada faixa da população. O que, ao invés de atenuar, só precipitou os problemas que cresciam na medida do crescimento populacional vegetativo e migratório dos grandes centros desenvolvidos do país.

Nessa perspectiva, o Estado tendeu a ignorar a necessidade que essa nova massa trabalhadora, emergente nos grandes centros urbanos teve de se estabelecer em moradias minimamente decentes, transformando-os em um contingente de trabalhadores e trabalhadoras informais em busca de um local para morar, por vezes tão informal quanto a origem do seu sustento. Ainda no texto acima citado, Ermínia Maricato antecipou que:

> "Se o Estado ignora o assentamento residencial da classe trabalhadora urbana, oriunda dos fluxos migratórios, é principalmente por que essa classe não constitui demanda econômica para pagar esses bens e serviços" (MARICATO, 1982).

Após um período de relativo descaso do Estado para com a necessidade que a população mais carente tinha de moradias para as suas famílias, foi instaurada outra política de longo alcance para, ao menos, amenizar a crise habitacional por que passavam os grandes centros urbanos do país. A criação da *Fundação da Casa Popular* (FCP - Decreto Lei n. 9.218 de 1/5/46) foi um determinante e firme passo que o Governo deu em direção à resolução do problema da Habitação de Interesse Social no país. A FCP foi criada em 1945 com o objetivo de acelerar a construção de casas voltadas para a população com a menor faixa de renda; apesar de ter uma agenda específica, voltada para contribuir de forma veemente para a redução do déficit habitacional do país, em pouco tempo essa agenda foi sendo modificada e os objetivos, mais uma vez, desviados para uma faixa da população que de fato tinha condições de pagar pelos financiamentos, cada vez mais caros, a que as construtoras submetiam os empreendimentos; geralmente funcionários públicos ou profissionais como professores, engenheiros ou comerciantes médios.

> "(...) a Fundação da Casa Popular – FCP (Decreto Lei n. 9.218 de 1/5/46), que atuou até os anos 60, quando foi extinta, embora com produção pouco significativa (Azevedo e Andrade, 1982). As análises realizadas sobre esse período de produção da habitação social indicam que o fracasso da FCP atrasou em vinte anos a formulação de uma política habitacional consistente, levando a que as soluções acabassem transferidas para os próprios trabalhadores, através do auto-empreendimento" (GORDILHO, 2001).

Após um período de extrema inércia, durante a Segunda Guerra, com o Estado dando prioridade a uma modernização da indústria; gerando contradições - principalmente ao abrir mão da atualização nas técnicas produtivas do campo ocasionando um fluxo migratório *campo-cidade* sem precedentes na história nacional; estabeleceu-se um ordenamento social ainda desigual, mas um tanto diferente do que se via: diversas pessoas qualificadas para um trabalho técnico específico e um exercito de novos moradores que, sem essa mesma qualificação técnica especializada, passaria a procurar meios de sobrevivência alternativos, entre eles o já existente trabalho informal, mas que ainda não havia sido explorado em toda a sua envergadura de acolhimento de pobres e excluídos oriundos das zonas rurais de todos os cantos do país. Essa informalidade não atingiu apenas o mundo do trabalho, com a falta de condições de adquirir suas casas por meio dos processos formais das políticas governamentais – que privilegiavam sempre a aquisição de moradias por meio daqueles que, efetivamente, tinham condições de pagar pelos complexos financiamentos – a produção das moradias também contribuiu para o aumento da informalidade nas regiões onde esses novos moradores urbanos passaram a viver. Com a ocupação de terrenos públicos, da Igreja Católica ou de grandes e antigos latifundiários, pôde-se perceber que esse processo só aumentou e continuou até os dias atuais com maior ou menos intensidade.

> "Tonhá (2006) destaca que, a partir da década de 1950, houve um crescimento urbano espontâneo e desordenado, e que, por conta disso, "a cidade entrou em processo de deterioração, com utilização de sua infraestrutura além dos limites da capacidade instalada e surgimento de diversos aglomerados habitacionais subnormais", ou seja, as ocupações de terra também denominadas de invasões" (BALTRUSIS, 2010).

O *Banco Nacional de Habitação* (BNH) foi criado em 1964 e sobreviveu até meados da década de oitenta. Tinha suas atividades voltadas, em seu inicio, tanto para a articulação dos recursos públicos e financiamentos para a construção de casas para a população de baixa

renda quanto para a requalificação de regiões *precarizadas* dos centros urbanos. Esteve vinculado ao *Sistema Financeiro de Habitação* (SFH), exercendo papel central na definição das políticas habitacionais para o país. Utilizava recursos da Poupança e do *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço* (FGTS) para os empreendimentos (CLOUX, 2008).

O BNH abriu, assim, um momento em que aparecem as primeiras questões sobre erradicação das favelas, aliadas ao atendimento do déficit habitacional que só seria possível através da instauração de uma nova política habitacional. GORDILHO-SOUZA nos diz que a criação do BNH (Lei nº. 4.380/64) a indústria de construção e o setor financeiro desempenharam papel fundamental no desenvolvimento dessa política habitacional. Depois desse período, as verbas que o BNH angariava foram utilizadas, mais uma vez, para a construção de moradias para uma classe média emergente, composta mais uma vez por funcionários públicos e profissionais liberais, deixando para a população que, inicialmente seria o principal público do BNH, apenas a requalificação de áreas já ocupadas e que estavam *precarizadas*[2].

Tanto o BNH, quanto a Fundação da Casa Popular (FCP) – que continuou a desenvolver atividades até 1960 –não lograram êxito em seu propósito de construção de novas unidades habitacionais para a população de baixa renda no Brasil. Primeiro por que, quando fundados, tinham o objetivo de atender a população que tinha mais dificuldades na obtenção da casa própria e não seguiram essa agenda; segundo por que a especulação imobiliária usou os recursos que o BNH tinha facilidade em conseguir, para financiar seus próprios empreendimentos, os quais não tinham interesse em resolver questões habitacionais alguma[3]. Apesar disso, a produção de casas nesse período foi elevada e, mesmo que a população que recebia entre zero e três salários mínimos não fosse contemplada pelas políticas, uma grande parte da população conseguiu adquirir suas moradias, passando assim à condição de moradores formais, desenvolvendo grandes regiões das maiores e mais complexas cidades do país.

Faz-se interessante ressaltar que entre 1964 e 1985 a produção de moradias estava dividida em dois programas específicos, definidos por médias salariais. A população com rendimentos entre três e cinco salários mínimos ficou sob a função das Cooperativas Habitacionais (COHABs), em âmbito local; para a faixa da população que recebia até doze salários mínimos, coube aos Institutos de Orientação de Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs). De acordo com GORDILHO-SOUZA (2007), o BNH conseguiu produzir vinte e cinco por cento das en-

tão novas unidades habitacionais construídas entre 1964 e 1986. Ainda Segundo GORDILHO, apenas trinta por cento atingiram o público entre três e cinco salários mínimos. Assim, com a crise inflacionária e a crescente situação de endividamento por qual o país passara nesse período, a questão da provisão habitacional para as camadas de baixa renda foi sendo colocada de lado. O final dos anos oitenta traz um panorama de recuo na produção formal, quer fosse pela fase de recesso que se estabelece no SFH, com a extinção do BNH – mesmo tendo a Caixa Econômica como responsável pelos contratos pendentes e novos –, quer fosse pela baixa oferta de loteamentos populares produzidos pela iniciativa privada.

Os anos noventa refletiram o panorama que os anos 1980 apresentaram. Apesar de o país ter passado por um breve período de estabilização da economia, com a desregulamentação do mercado e a abertura para o capital estrangeiro, os investimentos em habitação para a camada mais necessitada do país foi muito abaixo dos já e empobrecidos números dos anos anteriores. Políticas localizadas, com financiamentos internacionais, porem isoladas, foram as únicas iniciativas governamentais que se podem destacar dessa década. Na Bahia se podem verificar alguns avanços moderados com o Programa *VIVER MELHOR* e outros, executados até 1998 pela URBIS[4] e continuados, após a extinção desta empresa, pela CONDER. O Programa teve como objetivo a recuperação de áreas degradadas, a promoção de melhoramentos habitacionais, e a construção de novas unidades habitacionais. Segundo a cartilha do *Programa Estadual de Habitação de Interesse* social (PEHIS) de 2006, esses objetivos ainda eram concomitantes à elevação da qualidade de vida da população, através de implantação de obras de infraestrutura, do desenvolvimento de projetos socioeconômicos e da construção de equipamentos coletivos, contemplando, por fim, ações de regularização fundiária[5]. Apesar desses casos pontuais, uma ação de Estado que possibilitasse o enfrentamento da questão da habitação no país ainda não esteve em pauta.

2.2. O Programa Minha Casa Minha Vida

Nos anos 2000, com a emergência de um governo mais ligado aos interesses dos trabalhadores e voltado, sob certo ponto de vista, às questões populares, é que foi lançado o *Programa Minha Casa, Minha Vida* (PMCMV)[6]. O PMCMV tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e compra de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, que residam em qualquer município brasileiro

(ROLNIK, 2010)[7]. Esse programa, assim como os outros citados anteriormente, está segmentado em várias faixas de renda[8] mas é necessariamente sobre o *"Minha Casa, Minha Vida Entidades"* que queremos nos debruçar. Esta modalidade consiste no financiamento às famílias com renda de até três salários mínimos, organizadas por entidades sem fins lucrativos (cooperativas, associações, etc.) com as seguintes condições: pagamento máximo de 10% da renda familiar durante 10 anos, corrigido anualmente pela Taxa Referencial[9] (TR), sem entrada e sem pagamento durante a obra, sem cobrança de seguro. Nesta modalidade os recursos são alocados no Fundo de desenvolvimento Social – FDS, com distribuição regional pelo déficit habitacional local (ROLNIK, 2010).

Uma das principais diferenças entre o *Programa Minha Casa, Minha Vida* e as iniciativas anteriores que o poder público tomou frente ao déficit habitacional do país é que o PMCMV abre um importante espaço para que a iniciativa privada exerça um protagonismo perante o lançamento de novos projetos. Como os recursos são mistos – podem ser tanto públicos quanto privados, ou mesmo os dois simultaneamente – as grandes incorporadoras podem lançar mão de estratégias para que seus lançamentos, que antes só eram acessíveis a uma faixa muito estreita da população, sejam adquiridos com maior facilidade, tanto pelos valores dos empreendimentos quanto pelo aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores mais qualificados; isso sem contar com o momento pelo qual o país passa frente à economia internacional, o que oferece espaço para uma maior abertura de crédito para a população em geral.

Foi nesse intervalo entre a extinção da maioria dos programas em âmbito nacional e o lançamento do PMCMV[10] (em que o Estado brasileiro parece ter se distanciado da questão da habitação, o crescente aumento da população urbana que não tinha onde morar e o lançamento desse "mega-programa" - o Minha Casa, Minha Vida) que surgiu o Movimento dos Sem Teto de Salvador - MSTS[11] (CLOUX, 2008).

2.3. Delimitando o problema.

Falar sobre a mudança de comportamentos socioculturais dos moradores é uma missão que, apesar de bastante tentadora, se faz demasiado árdua para um trabalho que pretende falar do mesmo tema, porem sob a ótica da aquisição de bens duráveis (ou nem tanto[12]). Quando nos propomos a trabalhar com famílias que saíram de uma situação de grande privação materi-

al, como a literatura mostra ser a situação anterior à realocação dos ex-sem-teto para os conjuntos/condomínios[13], entendemos que seria um *tipo ideal* de mobilidade social; neste sentido, conquistar a casa, pura e simplesmente, não garantiria a adaptação e o conforto que os mesmos necessitam para serem moradores de um *ambiente formal*[14]. Somos impelidos a entender as dinâmicas das ocupações como **informais** e a dos conjuntos/condomínios como **formais**; isso muito mais para representar um *antagonismo metodológico* necessário para a compreensão dos objetivos da pesquisa por parte dos leitores e para o desenvolvimento dos trabalhos por parte dos pesquisadores e colaboradores.

Neste sentido, compreender quem são os sem-teto foi uma missão *si ne qua nom* para a continuidade dos trabalhos. Legitimá-los como objeto potencial para esse tipo de estudo foi uma das tarefas de boa parte da pesquisa, por isso (e antes de tudo) consultamos o A*tlas sobre o direito de morar em salvador* (AFONSO e SANTOS, 2012). O texto nos diz que os *sem-teto* de Salvador são, em sua maioria, filhos de Salvador; em contraponto a antigos textos informavam que o déficit habitacional de nossa cidade se devia em grande parte ao fluxo contínuo de migração interior - capital, mas o que é visto pela literatura, é que, com as mudanças da base econômica da capital e a abolição da escravatura em fins do século XIX, a quantidade de residências se tornou insuficiente para negros libertos, pardos e brancos pobres. Além disso, com a qualificação dos transportes (até esse momento a cidade comunicava-se com o recôncavo basicamente através de embarcações de médio porte que faziam o transporte das pessoas e das mercadorias dessa região com a cidade do Salvador) as pessoas cada vez mais vinham à crescente e promissora Capital que, mesmo não demonstrando um desenvolvimento compatível com outras regiões do país, ainda assim conseguia mostrar rompantes de crescimento. Quanto a isso a professora Ângela Gordilho de Souza nos diz que:

> "A cidade, que até então se comunicava com o recôncavo basicamente através de embarcações que circulavam na Bahia de Todos os Santos, passa a ter um novo eixo de expansão norte, percurso do primeiro trecho de ferrovia implantado, que saia da Calçada indo até Alagoinhas. Logo esse eixo é ampliado com o trecho ao longo da borda da baia, interligado, assim, núcleos de ocupações existentes que depois vieram a se constituir no subúrbio ferroviário (...)" (GORDILHO, 2000).

Imagem 13: Placa de inauguração do Residencial Jardim Cajazeiras.

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Como pôde ser visto, a busca pela moradia sempre veio acompanha pela busca de melhores condições de vida. A expansão do sistema ferroviário de transportes, que nesse momento tinha o objetivo de ligar a capital com outras áreas da Bahia possibilitou que novos núcleos de ocupação se abrissem. Ocupações essas que eram tão precárias quanto os atuais núcleos de ocupações dos Sem-teto[15]. Segundo o Atlas, 60,49% dos sem-teto são oriundos da própria cidade do Salvador, ao mesmo tempo em que informa que:

> "O fato é que 60,49 % dos Sem Teto são originários da própria cidade do Salvador. Dentre os demais, 24,55%, vieram dos mais variados municípios do interior da Bahia, 6,02% particularmente de Feira de Santana e 3,09% do entorno metropolitano – os que declararam ser originários de outros estados, 5,85% vieram de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e de São Paulo. Dentre os moradores que vieram de outro município ou estado 81,28 % já residem em Salvador há mais de cinco anos e afirmam ter se deslocado em direção a Salvador em busca de melhores condições de vida" (AFONSO e SANTOS 2012).

Levando em conta que a maioria dos *Sem teto* não é fruto de migrações, ao menos em sua maioria, pode-se compreender que a maior parte deles é evidentemente resultado de um processo de empobrecimento e espoliação urbana que embocou em um grau de miserabilidade compartilhado pela maior parte da população da cidade de Salvador. Sabendo que são filhos

de salvador, compartilham situações muito comuns a toda a população desta cidade: o abandono dos bairros populares em beneficio da maior qualificação dos serviços nos centros, incentivo à especulação imobiliária, abertura de novos eixos de crescimento da cidade, por vezes em sacrifício de zonas de proteção socioambiental, entre outras várias consequências desse processo.

> "Como os dados revelam, os atuais moradores das ocupações são provenientes de bairros populares ou de origem popular, cuja população se situa nas menores faixas de renda, a exemplo de Fazenda Coutos, Paripe, Lobato, Periperi, Ribeira, Sussuarana, Valéria, Massaranduba, Castelo Branco, Liberdade, São Caetano, São Cristóvão, Cosme de Farias, Águas Claras, Boca do Rio, Beiru/Tancredo Neves, Mata Escura, Mares, Calçada, Uruguai, Brotas, Comércio e São Marcos" (Ibidem).

2.4. Por que os *sem-teto*?

O fato de grande parte dos moradores das ocupações terem morado anteriormente em algum dos bairros listados pelo Atlas revela que eles não passaram por situações muito diferentes das que passa parte significativa da população da cidade. Mas, por que a escolha dos sem teto para objeto de pesquisa? Em *O desencantamento do Mundo* (BOURDIEU 1979) Pierre Bourdieu tenta interpretar uma situação em que moradores de determinada região da Argélia passa por uma transformação das disposições econômicas significativa quando a industrialização chega. No capítulo "*Necessidades contraditórias e condutas ambíguas"* o autor relata o alto grau de adaptação de uma parte da população àquele novo modo de produção que chegou sem o mínimo espaço para adaptação e pegou a maioria dos moradores de "surpresa" para a industrialização que se implantou.

> "(...) Preparados por toda a sua tradição cultural a esperar relações interpessoais intensas e superdeterminadas, os trabalhadores argelinos são, pois favoráveis a experimentar dolorosamente a impessoalidade das relações de trabalho e muito particularmente, talvez, das relações com os superiores; (...)" (BOURDIEU 1979, pág. 60).

Em outro trecho nos diz que:

> "A necessidade econômica que tende a impor a subordinação de todas as finalidades (e em particular das finalidades tradicionais) e de todos os meios da atividade ao lucro monetário, as antigas normas e particularmente aquelas que regulavam as rela-

> ções com os parentes, assim como os antigos valores de honra e de solidariedade, devem também contar com as exigências do cálculo e, às vezes, a ele se curvar. (...)" (pág. 69).
>
> "À medida que aumentam o grau de adaptação à economia capitalista e o grau de assimilação das disposições correlativas, a tensão entre as normas tradicionais que impõe deveres de solidariedade para com a família numerosa e os imperativos de uma economia individualista e calculadora não param de aumentar. Os subproletarios estão submetidos às pressões contraditórias que originam atitudes ambíguas: é assim que a necessidade econômica lhes proíbe de exercer sua conduta cotidiana" (pág. 75).

Isso, de certo modo, nos mostra com um caso do meio do século XX e de uma sociedade no norte da África pode ser analisado à luz de eventos tão atuais e próximos a nós. Mas no que se refere às questões metodológicas, teremos que tomá-lo de forma bastante judiciosa, pois a situação local não diz respeito necessariamente à entrada dos agentes em uma economia capitalista, sendo que os mesmos já estavam inclusos, mesmo que marginalmente, mas principalmente por que, mesmo já tendo acesso à dinâmica do capitalismo, ainda não podiam usufruir nem serem atingidos em sua plenitude pelos ônus nem pelos benefícios que possivelmente esse *modo de produção*[16] possa oferecer, pelo fato de que não tinham ainda uma moradia digna que incentivasse a aquisição e acumulação de bens característicos desse novo modo de viver e conviver com os seus pares.

O fato dos moradores das ocupações dos movimentos de Sem Teto da cidade de Salvador se mostrarem "objetos" preferenciais de um estudo como esse se reflete na necessidade que tínhamos em encontrar um exemplo de comunidade que compartilhasse, compulsoriamente ou não, condições de vida que seriam até certo ponto bastante diferentes da que se encontram atualmente nos conjuntos/condomínios; neste mesmo sentido, não queremos aqui reivindicar uma miserabilidade que outros habitantes da capital baiana não compartilham, pois está mais do que esclarecido que os agentes dos movimentos de *sem teto* vivem em comunidades de luta por uma necessidade que vários outros soteropolitanos já experimentam, porem não de forma organizada, como é o caso em que nos debruçamos.

De certo modo, somos compelidos a compreender os moradores das ocupações como agentes diferenciados da capital baiana. Vivem em comunidades mais ou menos organizadas, participam de reuniões periódicas e tem modos de vida que os comportamentos influenciados

pelo capitalismo insistem em suprimir[17]. Mas não é apenas pelo comportamento que, ao menos, visualmente é diferenciado que selecionamos esse público e sim pelo fato da transferência maciça desses para os condomínios financiados pelo *Programa Minha Casa Minha Vida* (PMCMV).

O PMCMV tem proporcionado progressos no que diz respeito à realocação de pessoas que moravam em ocupações dos movimentos de Sem-teto para os conjuntos habitacionais, contudo, sem o devido espaço para uma adaptação mais profunda a um modo de vida que, evidentemente, é diferente do que antes estavam atrelados. Com diversos conjuntos que acolhem em média duzentas famílias, o que significa uma grande modificação tanto dos *status quo* dos movimentos que, inevitavelmente, têm que modificar suas agendas, quanto no *modus operandi* dos moradores e (e em) suas famílias.

Mas não queremos nos adentrar necessariamente na mudança por que passaram os movimentos que lutam por moradia, em sua forma mais orgânica; a dinâmica deles claro que é modificada, mas os agentes desses movimentos sim é que foram objetos interessantes para essa pesquisa, levando em conta o objetivo deste trabalho e o referencial teórico que utilizamos para – e baseados nele – acreditarmos ter obtido sucesso nessa ceara.

Levando em conta o trabalho de Pierre Bourdieu já citado anteriormente, tomando por base a noção de *Habitus* (BOURDIEU, 1979)[18] e entendendo que as *estratégias* desenvolvidas pelos agentes nas ocupações tiveram que, ao menos, ser re-significadas de formas diversas ao entrarem nos condomínios/conjuntos (*campo social*), podemos associar essa nova realidade ao exemplo trazido por Bourdieu no livro citado acima quando apresenta a realidade dos antigos moradores das *favelas* da Argélia no que diz:

> "O aumento das despesas, como o aluguel, é agravado pelo aparecimento de despesas novas assim como as despesas de transporte e encargos. Os novos conjuntos urbanos sendo em sua maioria construídos na periferia das cidades, numerosos são os que se encontram afastados de seu lugar de trabalho em consequência do realojamento" (BOURDIEU, 1979).

Ponderando que nos condomínios os moradores não pagam aluguéis, nesse trecho, o autor foi feliz ao descrever a forma como a mudança de "habitat" não reúne os elementos ne-

cessário a uma mudança de *Habitus*. Usando o verbo agravar, Bourdieu atribui um protagonismo ao meio social em que esse agente está submetido e, ao mesmo tempo o submete às suas necessidades primárias como nutrição, reprodução e proteção. Agindo de acordo com essa hipótese, fomos a campo com a idéia de compreender: 01 - se houveram mudanças significativas de práticas[19] após a mudança de residência; 02 - se ocorreram mudanças na estrutura das famílias após esses mesmos eventos; e 03 - e mais importante para o prosseguimento dos nossos trabalhos, se ocorreram mudanças no arranjo econômico dos gastos com a casa fundamentalmente.

Fomos a campo com o pressuposto de que necessidades como comer, vestir ou se locomover não são preocupações de uma realidade tão diferente da que antes viviam. Assim, exigências como o lazer, a cultura e entretenimento passariam a ser valorizados de uma forma que anteriormente não eram. Quanto a isso Bourdieu nos mostra que:

> "Ajustadas a uma condição de classe, como conjunto de possibilidades e de impossibilidades, as disposições estão também ajustadas a uma posição definida, do ponto de vista relacional, a uma posição na estrutura de classes, portanto, sempre referenciadas, pelo menos, objetivamente às disposições associadas a outras posições. O mesmo é dizer que, estando "adaptadas" a uma classe particular de condições de existência caracterizadas por determinado grau de distancia da necessidade, as regras da "moral" e as "estéticas" de classe estão inseparavelmente situadas umas em relação às outras segundo o critério do grau de banalidade ou de distinção; alem disso, todas as "escolhas" produzidas encontram-se, assim, automaticamente associadas a uma posição distinta, portanto, afetadas por um valor distinto" (BOURDIEU 2007).

Quando o autor trata aqui de *estética de classe* e, em seguida de *valores distintos*, interpretamos que a condição objetiva de vida, baseada no meio em que essas condições se desenvolvem, define os gostos e prioridades. Ainda que saibamos que esses novos moradores permanecem sendo subproletários, submetidos aos mesmos males e descasos que a população das grandes metrópoles, em geral, é submetida, somos até certo ponto forçados a compreender que termos como *imprescindível* ou *dispensável* já não representam mais o que uma vez representavam e o único meio que temos para começar a analisar essa afirmação é o da mudança de local de moradia[20].

Reinventar uma vida a partir de uma mudança de local de moradia já não seria um completo exagero se estivéssemos falando de agentes que não fazem parte de nenhum movimento organizado de luta por moradia; com relação a essas pessoas aí sim é que o termo se coloca com ponto central no discurso. É lógico que não pretendemos aqui afirmar de forma contundente que os *ex-sem-teto* mudaram completamente as suas vidas apenas pelo fato de saírem das ocupações para conjuntos que, em nossas visitas vimos, são extremamente burocratizados e com uma arquitetura barata[21] que valoriza a quantidade e não a qualidade dos apartamentos em cada bloco do empreendimento. A mudança se dá já pelo fato de que para chegar a cada apartamento desses, é necessário subir por escadas que não passam dois adultos se os mesmos andarem lado a lado; depois, a impossibilidade de deixar as portas abertas (hábito muito comum nas ocupações) e, por fim, por mais supridos de áreas abertas que essas edificações sejam não há um incentivo à ocupação dos chamados "quiosques de lazer", que cada vez ficam abandonados e deteriorados (quando não são ocupados por moradores envolvidos com uso ou comércio de entorpecentes, que não são conhecidos dos moradores dos blocos[22]).

Tendo conhecimento da situação das ocupações e sua distribuição no território da cidade do Salvador, procuramos não fazer referências às diferenças entre as práticas políticas e dinâmicas sociais nas ocupações dos diversos movimentos que se espalham pela cidade no período em que o Atlas (SANTOS e AFONSO 2012) foi desenvolvido[23], mesmo que essas diferenças por vezes representassem repercussões nas práticas dos moradores nos conjuntos/condomínios, procuramos não valorizar esses aspectos por temor que entrássemos em uma alçada que desviasse demasiado do trabalho a que nos propomos; mesmo que, vez por outra, ao analisarmos os dados de campo citemos alguma observação referente a isso apresentada pelos próprios moradores.

O pressuposto [24] de que cada local de moradia representa um *modus operandi* diferenciado evidência que, de fato, a relação entre a habitação e o ato de habitar tem repercussão no desenvolvimento de uma cultura diferenciada, que *Castells*[25] denomina "*cultura urbana* e *cultura suburbana"*. Neste ponto, pudemos observar que:

> "(...), a maneira de habitar (portanto os comportamentos que normalmente deveriam sofrer mais diretamente a influencia do habitat) é muito diferenciada conforme os grupos sociais, em cada uma das novas unidades residenciais estudadas por Chombart e sua equipe. Isto significa que a disposição da moradia não tenha nenhuma in-

> fluência sobre o tipo de vida? Absolutamente! Mas a relação entre habitat e habitar passa por uma relação complexa entre as características sociais específicas da moradia, o que afasta de toda tentativa de explicação de uma subcultura por uma forma de habitat" (CASTELLS 1983).

Entendemos que uma forçada dualidade se aplica ao trabalho de modo a contribuir com a análise dos dados coletados. Mesmo que nesse trabalho o autor esteja analisando as diferenças entre um bairro popular de baixa renda e um condomínio de classe média (que no contexto em que ele estudou se situavam nas regiões suburbanas[26]) podemos extrair que ao mudar o local de habitação, é provável que os agentes mudem também certas práticas que, mesmo que leve tempo ocorrerá; salvo raros casos em que não se apresentam regulares e relevantes:

> "(...) O suburban way of life, do qual falamos, é caracterizado por um verdadeiro sistema de valores, em particular, em particular, pela importância primordial dos valores, em particular, pela importância primordial dos valores familiares (no sentido da família nuclear), uma certa intensidade das relações de vizinhança (limitadas a uma polidez, mas distante), a busca constante de uma afirmação do status social e um comportamento profundamente conformista (...) (CASTELLS, 1983)."

Adquirir uma casa é considerado sob muitos aspectos uma das maiores realizações da vida de uma pessoa. A casa, além do valor financeiro, tem um valor simbólico de conquista e segurança pessoal e familiar; mas nem sempre a mera aquisição de uma residência garante uma vida estável e tranquila. Além de uma série de encargos inerentes à condição de morador, há uma série de questões que interferem na adaptação dos moradores a uma determinada comunidade. A aceitação de uma pessoa em um determinado *espaço social* passa por, além da aquisição de um *capital* econômico, na manutenção de um determinado padrão que o faz se sentir bem ou mal acolhido; isso a depender do capital simbólico que a comunidade (*campo*) estabelecer, para a descoberta de táticas de sobrevivência e manutenção de um *habitus*[27] para, aí sim, ser chamado de morador.

Apesar dos movimentos de *Sem-teto*[28] e os outros movimentos de luta pelo direito à moradia e à cidade usarem as suas ocupações também como instrumento de pressão para com o poder público, a fim de viabilizar tanto a conquista do direito à moradia, quanto dar visibilidade perante a sociedade soteropolitana para os efeitos nocivos da especulação imobiliária na capital baiana e com a emergência do Programa estatal está ocorrendo um gradativo avanço do

movimento no que tange ao realojamento de militantes das ocupações para os condomínios ou conjuntos[29]. Como o nosso trabalho não pretende fazer um estudo histórico e retrospectivo acerca dos movimentos de luta por moradia digna; apesar de, vez por outra, lançar mão de alguns dados relacionados à sua história de lutas para contextualizar o objeto central do trabalho; usamos a experiência dos sem-teto que já conquistaram o direito à moradia, tanto na época em que moravam nas ocupações, quanto em suas novas residências para lançar mão das hipóteses que inspiraram esse estudo.

Capítulo 3. Metodologia da pesquisa.

No que concerne à metodologia, trata-se de uma pesquisa de base qualitativa que tenderá a utilizar instrumentos mais pragmáticos. Para tanto, enfatizamos nossas iniciativas dando maior atenção ao problema e utilizamos todas as abordagens para entender o objeto/problema (Rossman e Wilson, 1985 *apud* in CRESWELL, 2010). Afim de verificar as variáveis selecionadas e comprovar as hipóteses lançadas anteriormente, tomamos como referência a revisão da literatura e a pesquisa em documentos para legitimar os dados obtidos nos questionários aplicados no decorrer da pesquisa de campo. A base documental e normativa de análise desta pesquisa foi composta tanto por um método já aplicado anteriormente em uma pesquisa da professora Ermínia Maricato (MARICATO, 1977), quanto por experiências em pesquisa de campo do "PROJETO PERIFERIAS E TERRITÓRIOS LOCALIZADOS: *um balanço do capital social e trabalho precário*[30]*, desenvolvido* pela professora Drª. *Iracema Brandão Guimarães"* (GUIMARÃES 2010).

Como a pesquisa foi desenvolvida de forma individual, tivemos liberdade para escolher os métodos no decorrer da pesquisa, as técnicas e os procedimentos que melhor se ajustassem às necessidades no processo. Como procuramos utilizar uma abordagem mais pragmática (CRESWELL, 2010, p. 34), buscamos não ver o mundo como uma unidade absoluta e, assim, a metodologia constou, em primeiro plano, no levantamento de quantos associados os movimentos de luta por moradia e direito à cidade tinham à época. Foi verificado que, até o dia 17 de fevereiro de 2013 o movimento contava com 27.522[31] pessoas dividias em 6.880 famílias. Como somente na capital baiana, os programas *Minha Casa, Minha Vida e Casa da Gente* já entregaram mais de oito mil moradias e outras 13 mil estão em andamento. Levando em conta que na cidade de Salvador e região metropolitana, o governo federal já inaugurou 3.612[32] unidades voltadas para a população de baixa renda e que desse total, 1.204 foram voltadas para cadastrados nos movimentos de luta por moradia.

A partir desses dados colhidos, consultamos um dos mais específicos materiais já produzidos sobre o *movimento dos sem-teto* na capital baiana, o "*Atlas sobre o direito de morar em Salvador* (AFONSO, 2012[33])*"* que trás um capítulo específico sobre as condições objetivas de vida, com gráficos constando informações sobre situação construtiva das casas, ocupação dos membros das famílias e principalmente (o que foi mais importante para a nossa análise)

mobiliário e serviços com os quais essas pessoas contam como fundamentais para a sua permanência nos acampamentos "economizando", assim, um tempo fundamental, desde que o Atlas foi lançado apenas em dezembro de 2012, por ocasião do *Colóquio Internacional sobre poder Local*[34], em Salvador.

Assim, partindo desses números, selecionamos dois conjuntos/condomínios para onde foram deslocadas famílias que fazem parte do movimento dos sem-teto e que onde também moram pessoas que adquiriram as casas e apartamentos por meio do PMCMV convencional a fim de obtermos uma variável minimamente segura para a aplicação da teoria. Nesse sentido, foram localizados dois condomínios, sendo eles o Residencial Pirajá, no bairro Campinas de Pirajá, onde em média 425 famílias oriundas dos diversos movimentos foram beneficiadas e o Residencial Jardim Cajazeiras, no bairro de Pau da Lima, no qual mais de 800 famílias foram beneficiadas. Os condomínios foram selecionados por se localizarem em regiões distantes da cidade (respectivamente, o miolo da cidade e a periferia).

Sabendo do número total nesses condomínios, fomos à campo efetuar, num primeiro momento, realizar observações procurando sempre não provocar grandes intervenções, realizando anotações que foram fundamentais para a etapa seguinte do trabalho e, assim, ficando mais envolvido com os agentes e fomos nos adentrando nos ambientes onde os moradores iriam responder aos nossos questionários. Selecionamos trinta famílias para conduzir entrevistas semiestruturadas[35] com perguntas que tentaram desenvolver uma visão geral sobre as condições objetivas de sobrevivência nas novas casas nos condomínios e, por vezes, sua percepção quanto à recepção dos outros moradores. A metodologia constou na aplicação do instrumento com o objetivo de verificar, em uma primeira etapa, quais os bens de *primeira, segunda e terceiras* necessidades (MARICATO e PAMPLONA, 1977[36]) que causam ônus a renda e a permanência deles no condomínio. Usamos cerca de um mês na aplicação desses questionários (provavelmente, entre 08 de maio e 06 de junho de 2013).

Após essa etapa de aplicação de questionários, valemo-nos dos contatos já estabelecidos com lideranças de três movimentos para aplicar um roteiro de entrevistas em alguns agentes que se mostraram dispostos à responder questões mais localizadas acerca da rotina e dinâmicas particulares nos condomínios. Partimos do princípio de interpretar os dados obtidos nos questionários a partir da conjuntura apresentada pelos agentes locais, sempre tomando como

foco principal o referencial teórico escolhido. Esse roteiro, pelo próprio fato de ser um tanto longo, pôde ser aplicado em sua totalidade ou apenas parcialmente; sempre levando em conta as circunstâncias das conversas realizadas.

Esse trabalho contou, além de uma abordagem mais normativa, com uma etapa fundamental de estudo de caso, com uma investida mais qualitativa. A estratégia baseou-se principalmente em uma razoável análise do discurso dos interlocutores qualificados (lideranças, militantes proeminentes e mais antigos nas ocupações) além de tentativas em explorar processos, atividades e eventos nos conjuntos e condomínios populares construídos com recursos do PMCMV Entidades.

A abordagem foi principalmente em um estudo de caso. Já que temos uma teoria bastante fundamentada nas noções de *hábitus, campo e capital* (BOURDIEU, 1979[37]), analisamos as entrevistas que, na medida do possível, seguiram o roteiro em anexo e, com isso, verificar os limites da aplicação dos conceitos e podermos considerar com maior razoabilidade os dados dos questionários quantitativos. Os gráficos fizeram, sempre que conveniente, parte do texto como forma de, além de ilustrar e tornar mais fácil a compreensão do que está escrito e dar noção das conclusões alcançadas com o esforço de pesquisa (CRESWELL, 2010[38]).

Desse modo, conseguimos diversos contatos com lideranças dos três movimentos de luta por moradia em atividade na capital baiana. A nossa participação em congressos e eventos – tais como: SIMPÓSIO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, entre 12 e 15 de junho de 2012 na UNEB; URBBA[12]: A PRODUÇÃO DA CIDADE E A CAPTURA DO PÚBLICO: QUE PERSPECTIVAS?, entre 7 e 9 de novembro na FAUFBA e O CONGRESSO DA CIDADE DE SALVADOR, em agosto desse ano (2013), oportunidades onde foram convidados representantes dos movimentos para exporem a sua situação de exclusão dos espaços públicos da capital da Bahia foram oportunidades de tornar esses contatos de distantes a calorosos e frequentes – por hora até insistentes.

Essa aproximação com as lideranças nos possibilitou a obtenção de dados preliminares fundamentais, sem os quais, não seriamos capazes sequer de elaborar o projeto deste trabalho. Assim, sabendo que, ao menos nesses condôminos citados anteriormente, teríamos um acesso,

de certo modo, privilegiado. Esperávamos apenas que os mesmo fossem tão hospitaleiros em suas casas o quanto foram nos espaços coletivos dos conjuntos.

Assim, procuramos usar os dados quantitativos apenas após a coleta e transcrição das entrevistas com os interlocutores qualificados. Seguindo a tendência geral nas ciências sociais. Os dados foram interpretados à luz das entrevistas com os interlocutores qualificados, como agentes mais disponíveis dos movimentos, militantes mais antigos e pessoas que fizeram, de certo modo, parte da história de alguns dos novos moradores dos condomínios/conjuntos. Assim, pretendeu-se avaliar, a partir das variáveis em anexo, a situação declarada dos sem-teto antes e depois do realojamento (BOURDIEU 1979), e como se declarou que um ou outro bem/serviço se tornou prioritário. Além disso, na medida do possível, estabelecemos um parâmetro para analisar, utilizando de forma cautelosa os conceitos de *Habitus, Campo e Capital*, como esses novos bens e serviços se tornam tão fundamentais, apenas pelo fato de se mudar de local de moradia. Essa questão terá que contar com o método aplicado por Pierre Bourdieu em *"A DISTINÇÃO: Critica Social do Julgamento*[39]*; Capítulo 3: O Habitus e o espaço dos estilos de vida; Capítulo 4: A dinâmica dos campos",* afim de que os conceitos não fiquem sem um propósito bastante específico na pesquisa. Nesse sentido o autor coloca em anexo o formato de questionário usado na apreensão dos gostos de classe.

As variáveis e o roteiro de entrevistas se encontram em anexo.

Capítulo 4. Da conquista da casa à conquista da cidadania: análises de situações específicas.

Compreendendo agora os meios com os quais a questão habitacional obteve um protagonismo e a conjuntura apresentada com a emergência do Programa *Minha Casa Minha Vida,* procuraremos, agora, apresentar de forma bastante ponderada a nossa compreensão acerca do momento em que vivem os agentes que receberam as casas nos condomínios empreendidos com as verbas alocadas pelo PMCMV, oriundos dos movimentos de *Sem-teto*.

Vislumbramos que o objetivo deste trabalho possa parecer, a partir de certo ponto de vista, um tanto prematuro – principalmente se considerarmos que o PMCMV começou esse processo de realocação das famílias pertencentes aos movimentos do *Sem-teto* há pouco tempo (relativamente) – mas justifica-se pelo fato de que o método utilizado pela nossa pesquisa é bastante específico e podemos apresentar dados que nos darão subsídios para verificar a mudança na realidade empírica dos agentes que protagonizam essa temática. Segundo Maricato e Pamplona, em seu trabalho de 1977: A PENETRAÇÃO DOS BENS MODERNOS NA HABITAÇÃO PROLETÁRIA[40], no qual os autores ponderam logo na apresentação que:

> "(...) Parte-se de um quadro geral acerca do processo de industrialização no Brasil, o papel dos bens duráveis produzidos nesse contexto, a importação de tecnologia ao lado do baixo custo de mão de obra, articulação positiva para a aceleração do processo de acumulação do capital. (...) todos os levantamentos comprovam a penetração dos bens "modernos" na habitação popular, de um modo geral, caracterizando uma mudança nos padrões de consumo" (Obra citada, pág. 3).

Entendemos esse processo de transição, que se realiza tanto sob a forma de conquista de um direito previsto na Constituição Federal[41] quanto de uma mudança implacável de *práxis* doméstica e comunitária ao se defrontarem com uma realidade que, como já explicamos anteriormente, se torna demasiado diferente da que viviam antes; não tanto pelo modo como são instalados nos novos condomínios e seus blocos verticalizados, mas – e muito mais por isso – pela forma com que aquelas novas instalações burocratizadas lhes impelem a assumir um novo *modus operandi*[42] de viver em seus apartamentos e interagir em maior ou menor grau com os vizinhos.

O conceito de analisar uma mudança de modo de vida a partir da mudança do local em que se mora parecia esvaziar-se em si mesma no decorrer da pesquisa, não obstante, isso já seria uma idéia relativamente já esgotada, principalmente se concebermos que a cidade – e por que não o local em que se mora – é uma variável dependente do *social*, mas que, por sua vez, também influencia o desenvolvimento dos agentes e a reprodução da *sociabilidade*[43]. Compreendemos os elementos sociais como aqueles que se reproduzem exclusivamente pela ação dos humanos. Se considerarmos o conceito do *habitus* exposto no Livro "*A distinção"* de Pierre Bourdieu no qual diz que

> "Pelo fato de que as condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes, sistemas de esquemas geradores suscetíveis de serem aplicadas, por simples transferência, às mais deferentes áreas da prática, as práticas engendradas pelos diferentes *habitus* apresentam-se como configurações sistemáticas de propriedades que exprimem as diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência sob a forma de sistemas de distâncias diferenciais que, percebidas por agentes dotados dos esquemas de percepção e de apreciação necessários para identificar, interpretar e avaliar seus traços pertinentes, funcionam como estilos de vida" (BOURDIEU, 2007, p. 164).

Assim a variação de modo de ação pode ser influenciada muito mais pela alternância de uma condição social (ou socialmente reproduzida) do que necessariamente pela transição arquitetural de local de moradia. Ainda podemos citar que as mudanças se dão também com relação às condições objetivas de sobrevivência em um meio que antes parecia o ideal, entretanto se mostra cruel quando observamos o esforço que esses novos moradores fazem para conseguir novas fontes de renda, entendendo que antes estavam em regiões próximas (quando não dentro) a bairros desenvolvidos, ou seja, juntos aos meios de produção, quer fossem eles no mercado informal ou no setor de serviços.

Gráfico 01: Atividades dos moradores antes da mudança para o condomínio. Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Gráfico 02: Atividades dos moradores depois da mudança para o condomínio. Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Em nossas entrevistas, pudemos perceber que uma das queixas mais recorrentes é com relação à falta de locais para exercer as atividades que exerciam antes que, em sua maioria eram de prestação de serviço, mesmo que informal. A mudança é sempre relatada como bené-

fica, porém (ás vezes na mesma frase) são colocadas as ponderações relativas ao ganho e sustento da família. Ao lermos a transcrição de uma das entrevistas, podemos perceber que isso, apesar de não ter sido colocado em primeiro plano pelos interlocutores, é uma das consequências mais danosas do processo de passagem das famílias:

> *"(...) lá na 'invasão'*[44] *eu tinha minhas clientes que já fazia unha comigo há muito tempo; mas aqui é difícil por que cada bloco é uma coisa diferente... tem uns que fecham o portão cedo e, nos que não 'fecha', as pessoas não querem fazer unha comigo".*
> (MORADORA DO RESIDÊNCIAL JARDIM CAJAZEIRAS EM 09/06/2013)

Essa questão pode ser comparada ao argumento de Rolnik no qual nos diz:

> "Entretanto, os conjuntos habitacionais que estão sendo construídos, retiram a população pobre da área urbana consolidada, próxima do seu local de trabalho, dos serviços urbanos e convívio social e a desloca para áreas periféricas onde o custo da terra urbana é menor, reproduzindo, assim, mais uma vez a tradicional lógica da periferização. (...) É preciso lembrar que muitos dos moradores desenvolvem atividades de prestação de serviço e comércio informal, a exemplo das atividades de reciclagem de resíduos sólidos, o que requer proximidade de bairros e centros de comércio e serviço produtores do "lixo" que é reciclável. A transferência do morador da ocupação para áreas distantes e sem infraestrutura aprofunda a dissociação entre moradia e trabalho, sendo o custo do transporte urbano um elemento operacional dificultador e que pode inviabilizar a sua permanência no novo endereço" (ROLNIK, 2000[45]).

Os gráficos 01 e 02 nos apresentam um aumento substantivo de moradores que tinham suas atividades[46], formais ou informais, e que agora se declaram enquanto desempregados. O gráfico 01 apresenta uma conjuntura já vista em outros livros e artigos consultados anteriormente. Segundo o *Atlas sobre o direito de morar em Salvador:*

"Em sua maioria, os Sem Teto são trabalhadores informais, ou seja, autônomos ou empregados sem vínculo empregatício e previdenciário, que exercem atividades em condições precárias. O percentual, pouco expressivo, dos trabalhadores com carteira assinada é de motoristas de ônibus, auxiliares de cozinha, cozinheiras (merendeiras), auxiliares de serviços gerais – funcionário público, industriários, porteiros e seguranças. Como afirma Mira Nascimento "*dá pra contar nos dedos*", quem tem carteira assinada. A renda média dos moradores das ocupações é de R$ 426,20 e a renda per capta é de R$ 99,92.

> (...) Dentre essas várias atividades econômicas destaca-se a de reciclagem de resíduos sólidos, em geral exercidas em condições extremamente precárias. (...) Maria José da Silva, referindo-se ao exercício dessa atividade pondera: 'Eu não sou contra a reciclagem, ser catador de lixo, mas eu sou contra a catação, porque isso não é emprego, nem subemprego, essa é uma condição de vida desumana! A reciclagem deveria ser trabalhada nas escolas, nos lares. Deveria ser um hábito, não um trabalho. Isso é escravidão! Você ter que catar lixo pra comprar comida. O governo tem que elevar o nível de educação das pessoas. Eles dizem que tem emprego, só não tem gente qualificada. Ouvi falar em importação de mão de obra. Como assim? O governo não tem capacidade de formar as pessoas, mesmo com toda a política, mais recente, de expansão da educação?" (Obra Citada, pág. 29).

Ao confrontarmos os gráficos podemos perceber que essa nova realidade de morador formal, que é no que eles e elas se transformam ao adquirir o empreendimento, pode tirar-lhes o direito de lutar pelo seu sustento de forma digna, ficando cada vez mais dependentes de auxílios e benefícios sociais, os quais auxiliam de forma bem incipiente no sustento da família.

Essa questão pode ser comparada à análise de Bourdieu:

> "(...) O habitat precário participa de um universo econômico que tem sua lógica própria e que permite aos mais desapossados realizar uma forma de adaptação ao mundo urbano. Se bem que, considerada superficialmente, ela tenha todas as aparências do contrário, a economia da miséria tem sua coerência. A favela tem mesmo seu mercado de trabalho, apto a garantir pelo menos uma aparência de emprego (com os pequenos ofícios de fortuna), e sua rede de informação sobre as possibilidades de engajamento" (BOURDIEU 1979[47]) [48].

	Atividade	Frequência	Freq. Relativa	%
	Administrativas	2	0,06	6
	Comércio e atividades auxiliares	4	0,13	12
	Prestação de Serviços	12	0,38	38
	Trabalhador informal	10	0,31	31
	Desempregado	4	0,13	12

Tabela 01: Atividade dos moradores antes da mudança para o condomínio[49]

Crédito da Foto: Suely Ribeiro

Imagem 01: Foto da Ocupação Quilombo Escada em Salvador

4.1. Como são transferidos?

O processo de transição entre as ocupações e os condomínios é realizado em associação entre os movimentos e o órgão gestor do projeto no município (em Salvador esse processo é gerido, por vezes pela secretaria responsável à época pela prefeitura, ou pela *CONDER*[50] quando é iniciativa do Governo Estadual). A escolha é conduzida pelas lideranças dos movimentos e é baseada em alguns pré-requisitos: frequência nas reuniões, tempo na ocupação e participação em eventos do movimento; esclarecendo que esses requisitos podem variar de movimento para movimento porém, em geral, são esses os únicos que são regulares entre todos.

> *"Eu demorei mais de cinco anos pra ganhar minha casa. Mas eu sempre ia e sempre vou 'pras' reuniões. Tem gente aqui que ganha a casa e abandona o movimento por que se esquece do sofrimento dos outros, mas eu não esqueço por que foram muitos anos de sofrimento. Graças a Deus meus companheiros irão ganhar a deles também."*
>
> MORADORA DO CONDOMÌNIO PIRAJÁ, EM 07/07/2013.

Imagem 02: Foto do Condomínio Jardim Cajazeiras em Salvador.

Percebe-se claramente que as lideranças dos movimentos são responsáveis tanto por garantir que a escolha (que é por sorteio entre aqueles que "cumprem" as condições relatadas acima) seja tão justa quanto criteriosa. A prova disso é que agentes antigos do movimento moram em ocupações e ainda aguardam ansiosamente pelo sorteio – que algum tempo antes da nossa pesquisa aconteciam com maior frequência do que no período desse trabalho. Justamente por que não vêm ocorrendo inaugurações de novos empreendimentos com a mesma constância.

A mudança para as casas, segundo relato de agentes dos movimentos, é bastante tranquila e cercada de otimismo. Como podemos perceber, com algumas ressalvas, em entrevistas de beneficiados do Programa no condomínio Jardim Cajazeiras à propaganda institucional[51] do Governo do Estado da Bahia em outubro de 2011[52]:

> "(...) *Meu apartamento é uma maravilha, bonitinho (...)!"*
> NATALÍCIA RODRIGUES, DONA DE CASA.

> "(...) *Estou realizando o maior sonho da minha vida, que era ter uma casa; uma moradia própria, minha."*
> AURINO DE ANDRADE, AUXÍLIAR DE COZINHA.

Apesar dos apartamentos não serem muito maiores do que as casas em que moravam nas ocupações foram constatadas que, em pouco tempo, é ampliada a necessidade de aquisição de bens duráveis e modos de agir (práxis) são reconfiguradas. Essa questão consiste no ponto central desse trabalho e, para isso, nos apoiamos em Bourdieu (2007) e Maricato (1977). Os resultados do trabalho de campo relacionados a este tópico podem ser observados nos gráficos 03 e 04.

Se antes a simples posse do televisor não era suficiente para suprir com entretenimento os agentes, levando em conta que a distração e divertimento não se limitavam aos poucos metros das casas e entendendo que a vida comunitária nas ocupações era muito mais qualificada, com atividades variadas, um comércio que, mesmo pequeno era bastante dinâmico – que não permitia um enfado coletivo da vizinhança – pudemos compreender que, com o processo de mudança, pouco ou nenhum divertimento nas imediações dos blocos de apartamentos ou dos condomínios acontece. O que chega a ser irônico, pois contrasta com a quantidade de área livre que se tem entre um bloco e outro; como podemos observar na fotografia abaixo.

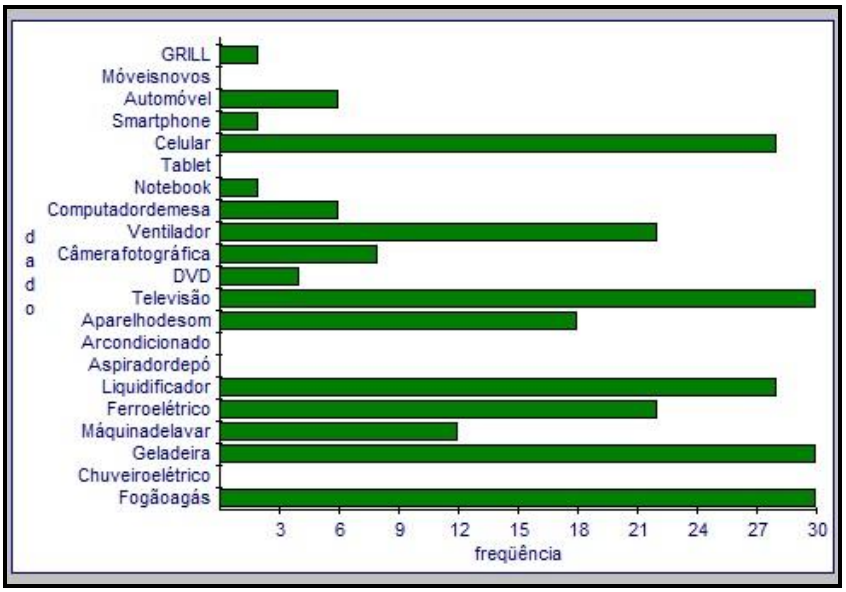


Gráfico 03: Posse de Aparelhos de Uso Residencial Antes.

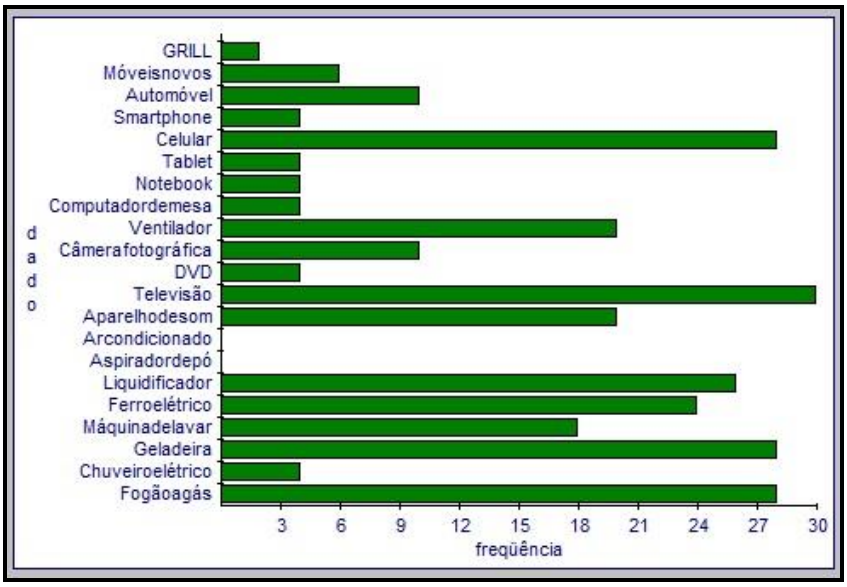


Gráfico 04: Posse de Aparelhos de Uso Residencial Depois.

Ao compararmos os gráficos 03 e 04, não perceberemos mudanças tão significativas quanto à aquisição de novos aparelhos, salvo quando observarmos alguns especificamente, como móveis novos. Contudo, se levarmos em conta a relação custo-benefício que se estabelece apenas com a manutenção dos mesmos bens que se tinha anteriormente, é possível notar uma nova avaliação dos gastos que se tem na residência:

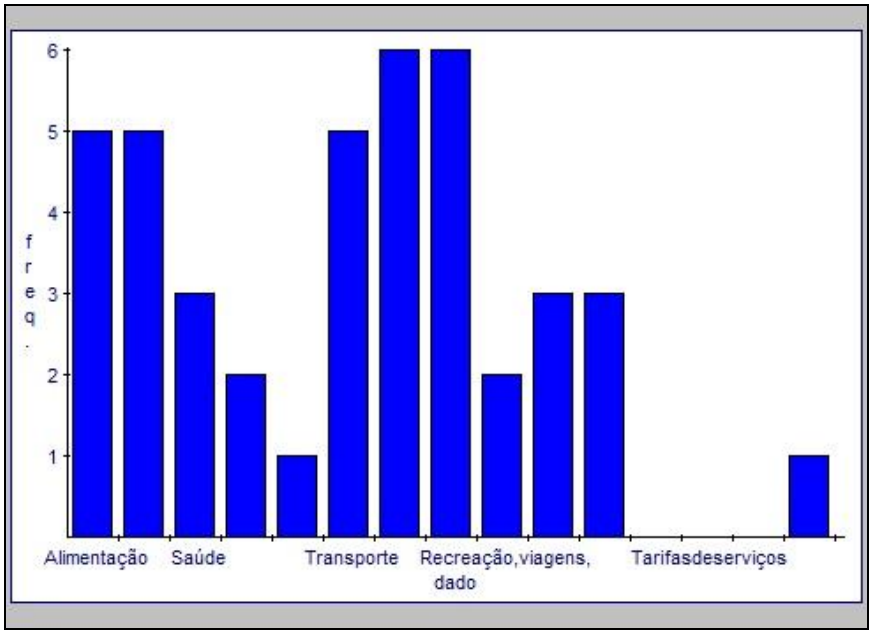


Gráfico 05: Prioridade nos gastos domiciliares antes da mudança.

Imagem 03: Foto do Condomínio Jardim Cajazeiras em Salvador.

Ainda analisando a etapa de mudança, é possível também cruzarmos os dados entre a posse do aparelho televisor, que sempre foi bastante elevada, com a assinatura de canais por assinatura pagos:

Antes		**Depois**	
Posse de televisor	TV por assinatura	Posse de televisor	**TV por assinatura**
30	**6**	**30**	**10**

Tabela 02: Relação entre a posse de televisores e Assinatura de “TV à Cabo”.

Foi constatado, no decorrer das visitas, que as fachadas dos blocos foram sendo progressivamente "decoradas" com antenas de empresas que distribuem o sinal de canais por assinatura. Mesmo que esses moradores não as indiquem como algo que interfira decisivamente na distribuição dos recursos domésticos da família, é um dado importante principalmente por se

fazer passível de sairmos da dinâmica meramente arquitetural e ecológica. Mesmo que correndo o risco de cairmos em um, a nosso ver, ultrapassado determinismo econômico[53].

***

Uma das maiores reclamações dos moradores é o aumento (ou mera inclusão) dos gastos com serviços concessionários básicos como *luz, água, e telefone*. Se anteriormente, nas ocupações[54] não havia essa preocupação (ver gráfico 05), agora elas transformaram-se em prioridades, tanto pela sua inserção no orçamento domiciliar, quanto pela aquisição de novos utensílios *modernos*[55] que, em sua maior parte, consomem eletricidade, acrescendo assim custos ao orçamento familiar. O mais intrigante disso é que se cruzarmos os gráficos 03 e 05; 04 e 08; iremos concluir que o aumento na quantidade de objetos elétricos nos domicílios influenciou muito mais no aumento dos gastos com energia do que necessariamente a inclusão desses boletos no orçamento doméstico mensal (sem, nem de longe, desprezar a importância da inserção dessas contas nos gastos mensais das famílias).

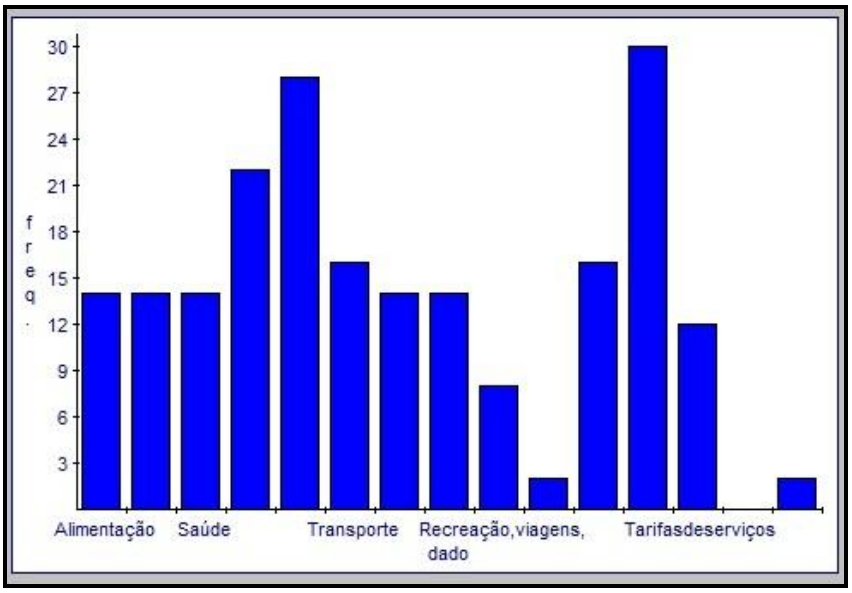


Gráfico 06: Prioridade nos gastos domiciliares depois da mudança.

Mas por que se adquirem tantos aparelhos, e eventualmente móveis, é uma questão que merece uma busca na literatura especializada. MARICATO em sua pesquisa anterior considerou parâmetros econômicos para estabelecer uma variável minimamente coerente levando em conta o momento por que passava o país em pleno processo de industrialização tutelado

pelo Estado. Mas seria ainda interessante voltarmos ate fins da década de 70 para superarmos problemas tão atuais? Comparemos um trecho de um artigo citado anteriormente com referências atuais para compreendermos essa problemática:

> "O ingresso das classes trabalhadoras aos novos padrões de consumo, ou seja, aos padrões oficiais de consumo, vai implicar em sacrifícios que contribuem para piorar as já anteriormente baixas condições de vida. A jornada de trabalho aumenta, o numero de pessoas que trabalham para o sustento da casa também aumenta, gastos com necessidades antes consideradas básicas diminuem, enquanto que alguns bens "modernos" anunciam o paraíso no congestionado interior da habitação (...)" (MARICATO 1977, pág. 17).

***

> (...) a própria organização doméstica, compreendida como parte do processo de reprodução familiar, e a divisão sexual de trabalho – e como consumo mercantilizado – a venda da força de trabalho, própria ou familiar, vista como a mais segura maneira de maximização da renda. Quando a interação entre as unidades residenciais e de vizinhança se mantém, significa que podem continuar compartindo funções domésticas, alcançadas pela circulação e a dinâmica dos indivíduos no cotidiano dos bairros populares e espaços públicos. (...) No plano intrafamiliar, as normas e obrigações morais tendem a ser ressignificadas, com a individualização, a fragilização e a desestabilização das diferentes instituições sociais (inclusive o mercado de trabalho). Em muitos casos, o modelo de solidariedade e de parentesco pode continuar a apresentar sólidos laços, a exemplo da Europa do Sul, em contraste com países anglo-saxões, nos quais a família nuclear começa a tornar-se mais rara ("...)" (GUIMARÂES, 2011).

A partir de uma comparação desses trechos de dois textos, relativamente tão distantes cronologicamente, foi possível ultimar que a aquisição de bens de consumo duráveis faz participa não tanto da estratégia familiar de sobrevivência, mas necessariamente de um modo como esses agentes se inserem na economia de mercado e expressam a sua presença nesse novo mundo globalizado que transforma os indivíduos em cidadãos não apenas pela exigência de direitos e cumprimento de deveres para com a cidade, mas principalmente pela aquisição de bens de uma economia moderna que os impele à cidade por vias meramente econômicas.

> *"(...) eu já tinha meu carro desde antes de vir pra cá (...). Trabalho de "manicure", mas ta difícil por que aqui eu não conheço muita gente não pra falar a verdade eu gostava mais de lá da "invasão". (...) Agora esse negócio de pagar isso tudo de água e luz não ta com nada. Eu mesmo já atrasei um monte de vez".*
> E o que é que mais pesa no orçamento?
> *"É a prestação da casa e água e luz (...)".*
> E o carro?
> *"Não, por que eu já "tinha ele" lá na cidade de plástico".*
> (ENTREVISTA COM MORADORA DO RESIDENCIAL PIRAJÁ).

Nesse contexto é forçoso observar que a aquisição desses *bens modernos* foi algo recorrente durante o período de nossa pesquisa. Diversas famílias adquiriram objetos como sanduicheiras, home theater ou televisores novos para salas. Porém poucos se referiam a essas aquisições como custos que trouxessem defasagem de outros serviços considerados mais essenciais.

Objetos como geladeiras, fogões a gás, celulares e, principalmente, televisores são encontrados com a mesma frequência nos dois instantes, porem outros como máquinas de lavar (ou tanquinhos), notebooks, tablets são inseridos com maior ou menor grau, no cotidiano das famílias. É importante ponderar que, mesmo, que os televisores, geladeiras, fogões se mantenham com uma frequência inalterada nos dois gráficos (03 e 04), na maioria das vezes foram substituídas por novos. A grande questão é saber qual a influencia do ambiente (ou habitat) nessa necessidade de consumo.

Sendo assim, se nos abre questionamentos que levam-nos de um lado para um determinismo ecológico, rechaçado em sua excelência por CASTELLS, e a um determinismo econômico, também previsto pelo autor citado acima e defendido por MARICATO[56]. Impõe-se, nesse sentido, uma parábola metodológica que nos impele a escolher entre compreender a realidade social a partir da simples mudança de moradia desses *ex-sem-teto* ou pela mudança de status econômico desses agora moradores formais que anseiam por serem inclusos numa cidadania que não se anuncia mais apenas pela conquista de um endereço formal e sim pela capacidade de aquisição de bens de consumo industrializados modernos.

> "Dito isto, se o determinismo ecológico, nas suas formas mais elementares, está amplamente ultrapassado, o culturalismo urbano reforçou-se através de uma série de es-

> tudos propondo um certo meio ambiente espacial como explicativo de uma ambiente social específico, seja na produção de uma comunidade "tradicional" nos bairros dos antigos núcleos urbanos, ou de um novo modo de vida (o famoso "suburbanismo" dos Anglo-saxãos) nos conjuntos residenciais do subúrbio." (CASTELLS, 1983, pág. 136).

Imagem 04: Quiosque para lazer no condomínio Jardim Cajazeiras.

Nesse assunto, é importante compreender a importância que esses bens duráveis têm para a manutenção de um modo de vida e, principalmente, para o estabelecimento de uma prática comunitária que, ao invés de desaparecer, se diversifica. O que está posto nesse instante é que, levando em conta que nas ocupações as casas, além de bastante próximas, incentivavam um trânsito entre a vizinhança, ao menos pela frente das casas que muitas vezes deixavam portas e/ou janelas abertas. Nos blocos dos condomínios (que se torna, então, a vizinhança imediata) pudemos observar que as portas, além de continuamente fechadas, tem janelas que se abrem para paisagens distantes dos outros apartamentos; já que os vizinhos não têm acesso, nem visualmente, ao interior dos apartamentos, por que a regularidade na aquisição desses bens considerados nesse trabalho, entre praticamente todos os moradores abordados?

Esses pontos foram citados apenas como estratégia para deixar o leitor próximo da conjuntura arquitetural dos condomínios e tentando compreender quais repercussões essas características físicas teriam no universo social dos agentes tendo em vista que CASTELLS já

havia sugerido algo semelhante quando rechaça as tentativas de se estabelecer qualquer determinismo ecológico acerca da relação *habitat-habitar* ao nos dizer que "(...) *a maneira de habitar (por tanto os comportamentos que normalmente deveriam sofrer mais diretamente a influência do habitat) é muito diferenciada conforme os grupos sociais em cada uma das novas unidades residenciais estudadas por Chombart e sua equipe. Isso significa que a disposição da moradia não tenha nenhuma influência sobre o tipo de vida? Absolutamente! Mas a relação entre habitat e habitar passa por uma relação complexa entre as características sociais especificas da moradia, o que afasta de toda tentativa de explicação de uma subcultura por uma forma de habitat" (CASTELLS, 1983).* Porém abre um espaço para considerarmos a produção do social em certos ambiente que poderiam, sem grandes equívocos serem chamados de *habitat's* chamando-os de um culturalísmo reforçado por certo ambiente por características físicas e ecológicas especificas[57].

Imagem 05: Vista da parte externa dos blocos em um condomínio do PMCMV.

Quanto aos agentes que visitamos usamos variáveis relativamente simples que foram os bens de consumos duráveis para testar conclusões que foram divulgadas em fins da década de 70 e inícios dos anos 80- que se de um lado rechaçavam um determinismo ecológico, afirmavam por outro lado um determinismo econômico.

> "Essas questões não são tão simples como parecem à primeira vista. É preciso sair do universo do consumo para buscar, no campo da produção, o motor de tal situação e as explicações para as contradições, aparentes ou não, entre a ideologia e as necessida-

> des (...) novos hábitos se transformam em necessidades e passam a fazer parte indispensável do modo de vida, de forma bastante 'natural" (MARICATO E PAMPLONA, 1977, pag.23).

Sendo assim, neste primeiro momento, o acesso aos bens pode representar a inserção em um modo de vida que, mesmo que os agentes não compreendam, os insere em um mundo globalizado que enganosamente lhes abre oportunidades, mas que, em uma primeira e despreocupada visita, já exibe a sua capacidade de exclusão e periferização. Ao serem afastados dos seus meios de sobrevivência, e por assim dizer de produção, são afastados também da sua capacidade cotidiana de manterem a sua sociabilidade primária o que implica no isolamento social e fragilização das relações de comunidade alem de uma quebra de valores até então tidos, nas *ocupações,* como fundamentais para a sobrevivência e pratica dos movimentos[58].

Imagem 06: placa na entrada de um dos blocos do condomínio.

***

Ainda assim é possível perceber a importância que tem a conquista da casa. O fato de não pagar o aluguel já era valorizado como um dos principais motivos que fizeram os agentes recorrerem às casas nas ocupações. Mas nesse momento de suas trajetórias pelo direito à cidade, levando em conta que a casa já foi garantida legitimamente, a luta é por se afirmar enquanto moradores e cidadãos e não mais como *ex-sem-teto.* Uma necessidade de relacionarem-se com vizinhos oriundos de outros movimentos de ocupações diferentes e com práticas de vida e estratégias de sobrevivência que, apesar de semelhantes, teriam distinções pontuais que alteram

fundamentalmente o modo de agir perante vizinhos mais próximos fisicamente do que os que tinham nas ocupações.

Como explicar mudanças de comportamento que coincidiram com o instante da mudança do local de moradia sem recorrer a um determinismo ecológico? Mesmo que se recorra a esse equívoco, como não o vulgarizar sem sujeitar todos os outros conceitos a ele? Bourdieu já havia previsto equívocos como esses e, em *"A distinção"* nos mostra alguns elementos que podem nos ajudar nessa seara ao aplicar o conceito de *habitus* para explicar a mudança, não apenas de práticas elementares de modos de vida de acordo com o a variável *classe social*, mas principalmente a diferenciação entre modos estruturais e estruturantes (sem valorizar a ordem) de práticas a partir dos meios de vida existência e sobrevivência.

> "(...) Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às praticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, das práticas de um agente – ou do conjunto dos agentes que são produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das praticas constitutivas de um outro estilo de vida" (BOURDIEU[59], 2007, pág. 164).

Todas essas afirmações e ponderações estão sendo postas para argumentarmos em favor não da perda de laços primários de comunidade, como até agora pôde parecer os dados e citações dessa parte do nosso trabalho. Queremos, acima de tudo, argumentar em obséquio de uma ressignificação das variáveis que caracterizam tanto a vida coletiva quanto a individual na comunidade[60] relembrando que *a dimensão do capital social coletivo, que ganha expressão através das interações entre trabalhadores de distintas qualificações e categorias, na perspectiva da classe social* (GUIMARÃES, 2011). Assim a aquisição regular de bens que são introduzidos na habitação moderna, burocratizada e com regras que, mesmo sendo conhecidas, eram, no máximo, ensaiadas[61] nas ocupações representam acima de tudo, um cada vez maior isolamento dos moradores em seus apartamentos assim, a mudança do *habitus* dos moradores, com a mudança de local de moradia, não representa, nem de longe, a defesa de um determinismo ecológico; significa a defesa da tese já apresentada antes por GUIMARÃES de que a

manutenção da vida cotidiana tende a ser colocada em patamares econômicos mais baixos, exigindo das famílias uma redefinição de seus recursos e capacidades de respostas. Além disso, essa redefinição, defendida acima, transita entre as esferas econômicas e sociais. Desde que a aquisição de bens e redefinição dos gastos domésticos das famílias representariam também uma redefinição de costumes e práticas.

Essa mudança nas práticas revela também uma mudança cada vez mais explícita de relacionamento com a vizinhança imediata. Ao receberem a casa – nova, com toda a pompa e benefícios sociais dados pelo Estado para os brasileiros de baixa renda – se deparam com novas situações que os impele a aderir um modo de vida que, artificialmente, os insere em uma sociedade de mercado. Receber a casa os torna moradores formais, com propriedade e direitos que qualquer proprietário tem na cidade. O questionamento que se levanta nesse sentido é se *essa tendência a uma mudança que segue na direção da fragilização dos laços comunitários, embora as situações que favorecem a agregação façam a diferença*[62]*?*

Imagem 07: Garoto em quadra de esporte do condomínio Jardim Cajazeiras.

Capítulo 5. Em conclusão...

Compreender a questão da mudança de local de moradia é buscar a abrangência do tema da reinterpretação de novos modos de viver e interagir com o uma nova ecologia e novas possibilidades de interações que se apresentam aos agentes envolvidos com esta trama. Quando nos propomos a trabalhar com pessoas de origem simples, entendíamos que esses agentes responderiam de forma mais solta aos estímulos que os nossos instrumentos lhes imporiam, ao pergunta-lhes acerca de *estilos de vida* e modos de convivência cronologicamente tão próximos, mas que, com a ajuda da mudança de *habitat* dão à impressão de que ficaram a tempos distantes.

No decorrer desse trabalho pudemos apenas reforçar a hipótese de que, ao mudar o local onde se mora os agentes são forçosamente impelidos a uma mudança de prática, que pode ser contraída pela simples característica arquitetônica do local, mas principalmente pela reconstrução de laços de sociabilidade que tendem a se refazer, mas de forma diferente; transformando idéias e práticas, que antes pareciam inalteráveis em comportamentos voláteis e até supérfluos.

A nova moradia, formal, com ambientes mais qualificados, que permite-nos conjecturar uma maior qualidade de vida e de urbanidade, também transmiria uma mensagem de afastamento e de individualismo. A casa no condomínio isolaria, assim, o que a ocupação, mesmo com todos os seus percalços, uniria (BOURDIEU, 1979[63]). Na *favela* a casa e as áreas coletivas fazem parte da mesma dinâmica. As pessoas seriam tomadas em suas necessidades individuais de forma coletiva; ao contrário do condomínio onde as necessidades coletivas tenderiam a se interiorizar e mascarar de forma cada vez mais singular.

Na ocupação, mesmo que o universo capitalista se esforce para o contrário, as práticas culturais e tradicionais poderiam ser mantidas e exercitadas com maior ou menor intensidade; enquanto que no condomínio, com a quebra de laços de vizinhança, esses comportamentos parecem ser suprimidos; não por um síndico ou vigia, mas por um *habitat* que os inibe de apresentá-los, ao menos da forma como os apresentavam antes. Ao serem transferidos para regiões distantes dos locais de trabalho, onde a infraestrutura se restringe aos arredores necessariamente imediatos dos condomínios e, principalmente, longe dos locais fornecedores de empregos e trabalho, ocorre um *isolamento social* dos pobres (GUIMARÃES, 2011[64]), aumenta-

se a segregação da vida urbana, no qual os laços, fortalecidos por vínculos imediatos, enfraquecem os movimentos e as demandas passam a ser atendida pelas instâncias hegemônicas com cada vez menor intensidade.

Fomos impelidos a tratar a mudança da ocupação para os condomínios como algo parcialmente nocivo à sociabilidade dos agentes que, tomando como principal conquista a sua moradia, não dão atenção devida à dimensão da perda dos laços primários e comunitários. A possibilidade de emancipação frente à pobreza estrutural que, ao contrário da pobreza notória que as casas com materiais improvisados e a falta de infraestrutura nas ocupações apresenta, é maquiada sob a forma de ascensão a uma classe média por meio de crédito aos *subproletários(as)* e donos e donas de casa o que os tranca e isola nos novos apartamentos que sob a face de conquista de direito, os retira o principal deles: o de serem protagonistas de suas próprias vidas.

De acordo com a análise dos dados e baseados no referencial teórico eleito, a aquisição de novos bens duráveis de consumo parece não ser apenas vontade livre. Estariam determinados por uma necessidade de serem inclusos em um modelo de modernidade, pois esses bens representam um passe para o avanço tanto tecnológico quanto social no contexto da habitação proletária. Nesse ambiente, os bens e serviços modernos constituem uma parcela, um símbolo, uma promessa talvez, do que é um modo de vida homogeneamente avançado (MARICATO, 1977[65]). A importância dos bens e serviços modernos, neste sentido, não estaria necessariamente no seu valor de uso, sua importância é mais facilmente encontrada no nível do significado.

Assim, essas novas práticas, materializadas a partir da aquisição regular de bens de alto valor agregado se tornam intrínsecos a um novo modo de viver, considerado moderno; objetos de distinção que restringem as perspectivas e distanciam os moradores e quebram as redes sociais, consideradas como características definidoras das relações estabelecidas entre parentes e vizinhos ou amigos (Eguia, 2004 *apud* Guimarães, 2011). Além disso, os novos gastos inerentes à “nova” vida em um ambiente em que as obrigações que a urbanidade e a cidadania impõem, não viriam acompanhadas por direitos atribuídos a moradores que moram em outras regiões, têm outras procedências e que, tendo as mesmas obrigações, usufruem esses direitos com maior constância e legitimidade.

Sendo assim, quando tratamos do aumento dos gastos, estávamos procurando um aparato minimamente seguro para demonstrar como a quebra de laços não se daria somente por uma face subjetiva. Ela se materializaria quando os agentes sentem necessidade de se adaptar a um novo modo de viver; a consciência de classe se transformaria, desse modo, em uma inconsciência da nova situação. O jeito de viver não mais seriam, então, um fato coletivo consumado e espontâneo, é uma ideia a ser perseguida e executada sob risco de não estarem em acordo com a vida naquele novo *habitat* ou, (por que não?) ecologia específica, que representa não tanto a conquista de um direito coletivo, mas principalmente a libertação da vida de *Sem-teto* que, mesmo que a coletividade lhe legitimasse enquanto tal, ainda assim fazia com que estivesse sempre atrelado à ocupação. Ser *Sem-teto* aí não é ser mais um lutador por uma questão coletiva, constituiria ser um *Sem-teto* com casa própria e em busca de uma libertação individual para a sua entrada definitiva na sociedade capitalista onde a melhor maneira de fazê-lo é adquirindo o que ela pode oferecer.

Outra hipótese que foi possível avigorar nesse trabalho foi a de que, entre os diversos moradores que saíram das ocupações, existem aqueles que, com melhores condições de vida, não mascaravam a vontade de não parecerem iguais aos vizinhos, também oriundos de ocupações. Esses, por terem um rendimento maior, ou que foi aumentado após saírem das antigas moradias, fazem questão de demonstrar um nível maior de instrução e um maior grau de adaptação à vida moderna. Para esses, a habitação moderna e burocratizada deixa de ser um "presente envenenado" (BOURDIEU, 1979) que é para os outros moradores com rendimentos inferiores e sede condições materiais para uma reorganização do sistema de práticas.

Contudo, o novo morador ainda demonstraria características que a sociedade de mercado resiste em evitar. Evidentemente a releitura da cultura específica das ocupações para os condomínios não se faz de modo estouvado, reproduzindo o padrão mais comum de um tipo urbano geral. Esses comportamentos ainda que parcialmente suprimidos, tratam-se de novas equações de relações sociais adaptadas aos meios residenciais novos. Assim, a cidade não representa integração social, é necessário encontrar novas formas de relações, para que o sistema se desenvolva na nova realidade de sociedade "plenamente" urbanizada (CASTELLS, 1983[66]).

Finalmente, não fomos demasiado críticos á conquista do direito à moradia que os agentes dos movimentos obtiveram legitimamente por meio de lutas e dores, todavia não fomos desnecessariamente confiantes quanto à sua chegada frente todas as inconveniências constata-

das com o nosso esforço de pesquisa. Foi notório o desconforto que muitos apresentavam frente às inúmeras mudanças por que passaram que, como os dados mostram, vão desde o aumento das contas, chegando à forma como se obtém o sustento para suprir as mesmas. A chegada dos *Sem-Teto* em uma economia plenamente capitalista – que é o que representa o condomínio – em todas as suas variantes resulta geralmente em um *sinecismo* de várias comunidades que foram reunidas em um mesmo ambiente (LEFEBVRE, 1991[67]). Essa coabitação com pessoas de várias *ocupações*, antes de se tornar a possibilidade de conhecimento mútuo e compartilhamento de experiências, se torna um local de distinção e diferenciação.

Sua inclusão na "cidade formal" pareceu representar mais do que a democratização da cidadania, evidenciaria muito mais a vitória da divisão do trabalho e principalmente de classes. Com a aparência de vitória da liberdade e democracia, surge como uma liberdade estreita e hierarquizada, submetida aos caprichos da cidade capitalista. A "liberdade" de mudar de gostos está, assim, extremamente associada a o estado dos bens oferecidos pelos pela sociedade moderna – isso é evidente, mas qualquer mudança de gostos é resultante de uma mudança, radical ou não, de uma transformação das condições de existência. Ao saírem das ocupações, onde toda uma cultura colaborativa seria, ao menos, incentivada, as relações de classe se tornariam imperativas e o condomínio abre a possibilidade de se tornar palco preferencial para que essas relações se estabeleçam (BOURDIEU, 2007[68]). A distribuição das diferentes espécies de *capital* no período da pesquisa define a tônica da vida nos condomínios. A força da disposição dos agentes estabeleceria a luta de classes, mesmo entre agentes que, teoricamente, compartilham o mesmo estilo de vida. Os comportamentos ditos "pequeno-burgueses" consolidar-se-iam de forma substancial.

6. Referências bibliográficas:

ATLAS SOBRE O DIREITO DE MORAR EM SALVADOR / Elisabete Santos [coordenação geral], Roseli de Fátima Afonso ...[et al.] Capítulo III - Direito à Cidade e à Moradia – Quem é o Sem Teto? (Pag. 23-38). ; – Salvador: UFBA, Escola de Administração, CIAGS: Faculdade 2 de Julho, 2012. 196 p.: il.

BOURIDEU, Pierre. **O DESENCANTAMENTO DO MUNDO**; São Paulo: Perspectiva S/A; 1979.

BOURDIEU, Pierre. **A DISTINÇÃO: CRÍTICA SOCIAL DO JULGAMENTO**. São Paulo: São Paulo; EDUSP; Zouk – 2007.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica." In Ferreira, M. e AMADO, J. (orgs) **USOS E ABUSOS DA HISTORIA ORAL**. Rio de Janeiro: Fundação FGV, 2006, p. 183-192.

CASA CIVIL – Secretaria Estadual da Casa Civil do Estado da Bahia: **MINHA CASA, MINHA VIDA' ENTREGA 340 UNIDADES HABITACIONAIS EM PIRAJÁ**; http://www.casacivil.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=281%3Aminha-casa-minha-vida-entrega-340-unidades-habitacionais-em-piraja&catid=34%3Anoticias-geral&Itemid=99**.** Acessado em 24 de janeiro de 2013 às 15 horas e 10 minutos.

CASTELLS, Manuel. **A QUESTÃO URBANA**, Edição revisada**.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CLOUX, Raphael Fontes – *MSTS:* **A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO DE SALVADOR**. Salvador, BA: Kawo-Kabiyesile, 2008.

CRESWELL, Jhon W. **PROJETO DE PESQUISA: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. Ed; Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

DAVIS, Mike. **PLANETA FAVELA**; tradução de Beatriz Medina. 1ª edição revista São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA.** São Paulo/ SP. Global,1985.

ENGELS, Friedrich. **A QUESTÃO DA HABITAÇÃO.** Belo Horizonte/ MG. Aldeia Global. 1979. 76 p.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. **LIMITES DO HABITAR: SEGREGAÇÃO E EXCLUSÃO URBANA CONTEMPORÂNEA DE SALVADOR E PERSPECTIVAS NO FINAL DO SÉCULO XX;** Ângela Gordilho de Souza. _ Salvador: EDUFBA, 2000.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. **OS DESAFIOS DE HABITAR NA METRÓPOLE ATUAL – PRIVATIZAÇÃO SELETIVA E EXCLUSIVIDADE A EXPANSÃO URBANA DE SALVADOR** in *"A Urbanização de Salvador em Três Tempos - Colônia, Império e República.* Textos Críticos de História Urbana. Jaime Nascimento; Hugo Gama. (Orgs.) Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. **FAVELAS, INVASÕES E OCUPAÇÕES COLETIVAS NAS GRANDES CIDADES BRASILEIRAS** – *(Re)Qualificando a questão para Salvador-BA.* FAU-UFBa. Salvador, 2007.

LEFEBVRE, Henry. **O DIREITO À CIDADE**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. Editora Moraes; São Paulo – 1991.

MARICATO, Ermínia. "**AUTOCONSTRUÇÃO, A ARQUITETURA POSSÍVEL**"; in *a produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, Ermínia Maricato (Organizadora). Editora Alfa e ômega, São Paulo – 1982.

MARICATO, Ermínia. **AS IDÉIAS FORA DO LUGAR E O LUGAR FORA DAS IDÉIAS. Planejamento urbano no Brasil.** In ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis/RJ, Vozes, 2000. 192 p.

MARICATO, Ermínia; PAMPLONA, Telmo. **A PENETRAÇÃO DOS BENS "MODERNOS" NA HABITAÇÃO PROLETÁRIA**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo/1977.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **PESQUISA SOCIAL: MÉTODOS E TÉCNICAS**. Colaboradores: José Augusto de Souza Peres... (et al.). 3. Ed. 10ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

ROLNIK, Raquel. **INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS - CONCEPÇÃO E GESTÃO**. Campinas: Oculum v. 1, 2000.

SECOM – Secretaria de Comunicação Social, por Jhonatã Gabriel. **PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA ENTREGA NOVAS MORADIAS EM SALVADOR;** http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2011/10/31/programa-minha-casa-minha-vida-entrega-novas-moradias-em-salvador, Visitado em 21/04/2013.

TRABALHO SOCIAL E INTERVENÇÕES HABITACIONAIS: REFLEXÕES E APRENDIZADOS SOBRE O SEMINÁRIO INTERNACIONAL. Publicação sobre reflexões e debates do Seminário Internacional Trabalho Social em Intervenções Habitacionais, realizado de 31 de agosto a 2 de setembro de 2010, no Hotel Gran Bittar – Brasília/DF. Coordenação Geral: Inês Magalhães - Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação Aliança de Cidades Banco Mundial.

---

[2] "*Neste sentido, na década de 1980, incrementaram-se os financiamentos do BNH/SFH para intervenções em áreas ocupadas, tais como infra-estruturação, enfim, medidas para urbanização e melhoria de áreas ocupadas informalmente. Ampliam-se as redes para infraestrutura urbana básica de água, energia e sistema viário nas grandes cidades*" (GORDILHO-SOUZA 2000).

[3] "*Na experiência brasileira, desde os arranjos financeiros formulados nos anos 1960 no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o componente solo – condicionante da localização dos empreendimentos, da sua inserção na cidade e do acesso a equipamentos e serviços – foi delegado aos municípios e aos agentes promotores dos conjuntos habitacionais. Mesmo durante os dez anos (1976-1986) em que o Banco Nacional da Habitação (BNH) implementou uma política de terras, esta foi focalizada na aquisição de terrenos, através de financiamentos específicos para formação de bancos de terras por parte dos agentes do SFH e compras diretas pelo BNH, não chegando a impactar de forma significativa a localização e inserção dos conjuntos nas cidades*" (ROLNIK 2008).

[4] Empresa de economia mista, criada em 1965, tendo o Estado da Bahia como o seu maior acionista. Dentre os objetivos da Empresa constava o atendimento a uma demanda habitacional, beneficiando famílias com rendimentos mensais de até cinco salários mínimos.

[5] O VIVER MELHOR também procurou introduzir em seu escopo o uso de práticas inovadoras tais como a participação comunitária, o desenvolvimento de ações educativas, de treinamento e capacitação, de apoio às famílias e à infância, de geração de renda, além de prever também o monitoramente e a avaliação das suas ações. Operando inicialmente com recursos do Governo do Estado, a partir de 1996 o Programa passou a contar com novos recursos o que possibilitou sensível melhoria nas condições urbanas e habitacionais de Salvador e do interior do Estado da Bahia.

[6] A cartilha do PAC 2 Eixo Minha Casa Minha Vida traz de forma bastante clara o objetivo de reduzir o déficit habitacional e qualificar as regiões degradadas dos centros urbanos: "*Os recursos do eixo Minha Casa, Minha Vida (MCMV) do PAC 2 têm o claro objetivo de assegurar moradia para os brasileiros, um dos direitos básicos previstos pela Constituição de 1988. Reduzir o déficit habitacional no País, oferecendo habitações dignas e financiamento para as famílias, e urbanizar assentamentos precários são as metas desse eixo.Para tanto, o MCMV atua em três diferentes frentes: Programa Minha Casa, Minha Vida, financiamento habitacional pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e projetos de Urbanização de Assentamentos Precários que incluem obras viárias, de abastecimento de água, tratamento de esgoto, drenagem, iluminação e equipamentos sociais como creches, escolas e praças.*" (Cartilha do Eixo Minha Casa Minha Vida, PAC 2; Brasília – 2011).

[7] Como produzir moradia bem localizada com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida?: implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade/ Organização de Raquel Rolnik; Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

[8] Este Programa tinha como meta, em sua primeira etapa construir um milhão de habitações no triênio 2009/2011, sendo *distribuídas* da seguinte maneira: Famílias com renda até 3 salários mínimos; 400 mil unidades, Famílias com renda de 3 a 6 salários mínimos; 300 mil unidades, Famílias com renda de 6 a 10 salários mínimos; 300 mil unidades.

[9] A Taxa Referencial (TR) foi criada no Plano Collor II com a intenção de ser uma taxa básica dos juros a serem praticados no mês vigente e que não refletissem a inflação do mês anterior. Em 1990 foi usado como índice econômico de correção monetária, o que gerou protestos e ações na justiça. Durante a fase mais aguda da inflação brasileira, havia ainda a TRD – Taxa Referencial Diária.

[10] Na Bahia ainda continuou o programa VIVER MELHOR, que tinha por objetivo a construção de moradias, o investimento em infraestrutura urbana e equipamentos comunitários e durou entre os anos de 1996 e 2002.

[11] Hoje não podemos citar apenas o MSTS por que surgiram diversos outros movimentos que lutam, em linhas gerais, pelas mesmas causas, com variações de estatuto e modo de agir com os poderes hegemônicos.

[12] É notória a baixa duração e vida útil com qualidade que os aparelhos eletroeletrônicos e móveis vêm tendo com o passar do tempo.

[13] Isso por que os dados nos mostram que muitos deles não passaram por essa situação de privação, ao menos no que diz respeito à nossa variável principal: "bens de consumo duráveis".

[14] O ambiente formal, em nosso caso, se configura pelo fato de que, mesmo tendo regras nos acampamentos, como a literatura e os relatos das lideranças nos mostraram nos condomínios as questões se tornam muito mais assíduas, a começar pela forma como os blocos são construídos, passando pela frequente visita dos *técnicos sociais da* ***Caixa*** e dos próprios líderes dos movimentos que procuram, na medida do possível, manter a ordem para não passar uma imagem ruim dos movimentos como um todo.

[15] Comparativamente, pode-se até afirmar que, mesmo com a maior oferta de terrenos públicos da época e ingerência que o Estado tinha para com esses surtos, havia uma tendência geral de que essas áreas fossem ocupadas e a situação desses moradores ficasse precarizadas ao extremo. Hoje se percebe que os métodos de sobrevivência e de acesso a serviços básicos continuam muito parecidos; salvo casos em que há uma coordenação forte dentro das ocupações e estabelecem-se regras para possíveis excessos dos moradores.

[16] Usamos aqui o termo "*modo de produção"* apenas para diferenciar conceitos relativos à dinâmica econômica mais global e outros que fazem referencia a vida pessoal de cada agente.

[17] Quanto a isso, Engels nos mostra em seus artigos organizados no livro "*La question du Longement*": "(...) *Foi a grande industria moderna que fez do trabalhador preso a terra um proletário que não possui absolutamente nada, liberto de todas as cadeias tradicionais, livre como o ar; foi precisamente esta revolução que criou as únicas condições que permitem abolir a exploração da classe operaria, na sua ultima forma, pela produção capitalista. E vem agora nosso proudhoniano, como se tratasse de uma grande regressão, chorando e lamentando a expulsão dos trabalhadores do lar deles, quando foi essa justamente a primeiríssima condição de sua emancipação moral."* (Pág. 7).

[18] *O desencantamento do mundo: Estruturas econômicas e estruturas temporais; BOURDIEU, Pierre, 1979.*

[19] A partir de agora, sempre que possível, usaremos o termo **práticas** ao invés do de ***habitus*** afim de não vulgarizar o conceito.

[20] Isso em relação aos agentes a que nos propomos pesquisar. É claro que temos muitos outros meios de analisar *banalidade* e *distinção*, porém, levando em conta a nossa metodologia, preferimos usar esse contexto; o da mudança de *habitat*.

[21] Essa afirmação se dá a partir de opiniões de especialistas da área e de visitas feitas por mim a os conjuntos e condôminos financiados pelo programa para esse público. Quanto a isso, a professora Ermínia Maricato diz em seu artigo **AUTOCONTRUÇÃO, A ARQUITETURA POSSÍVEL**, texto apresentado em exposição na 28ª.

[22] Isso por que, como veremos posteriormente, a ocupação dos apartamentos se dá por meio de sorteio definido pelo órgão público responsável. O que implica em ir para os condomínios pessoas das mais diversas ocupações, movimentos e práticas nas mesmas.

[23] Vide o mapa de distribuição na capital baiana e a característica da ocupação no anexo.

[24] Constatada a partir da literatura.

[25] Vide "*A questão Urbana"* de 1979.

[26] "*Na França, as observações concordam, apesar das divergências, "suburbano" ao lado de um modelo "urbano", centrado sobre o bairro como tal".* CASTELLS; Obra Citada.

[27] Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas (...) mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes (BOURDIEU 1930).

[28] Usaremos o termo "movimentos" no plural justamente para deixar claro que não existe, hoje, apenas um movimento que recebe essa denominação. Os sem teto hoje se dividem diversos movimentos independentes que, ocasionalmente, batalham em busca de reconhecimento e representação nas instâncias hegemônicas do Estado.

[29] Há uma leve diferença entre os condomínios e conjuntos. Quando chamamos um espaço residencial de conjunto, é por que, na maior parte das vezes, não há uma coordenação centralizada em como um síndico ou representação dos moradores. Geralmente, os projetos do PMCMV são chamados de condomínios e os de outros projetos habitacionais conjuntos.

[31] Baseados em documentos do Movimento dos Sem-Teto de Salvador.

[32] Resultados preliminares do Programa Minha Casa Minha Vida; Caixa Econômica – Movimentos sociais. http://www.caixa.gov.br/habitacao/mcmv/habitacao_urbana/pp_const_mov_soc/mov_sociais/index.asp

[34] O **COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL** teve como tema principal no ano de 2012 o desenvolvimento e gestão social dos territórios e ocorreu entre 10 e 12 de dezembro, na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. O Colóquio foi um espaço de convergência, que agregou pesquisadores, professores e praticantes de campos multidisciplinares diversos, de procedências variadas e de destinos imprevisíveis.

[35] Essas entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

[41] Confrontado com as diferenças sociais criadas por uma das sociedades mais desiguais do mundo, a resposta do Brasil foi a de mudar a Constituição a fim de promover uma reforma fundamental de longo prazo a dinâmica urbana. Como conseqüência, as estruturas fundamentais dessa nova ordem jurídico-urbanística foram abrigadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei 10.257 de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade.

[42] Isso por que, como foi adiantado anteriormente, procuraremos, na medida do possível, não vulgarizar o conceito de *habitus* que é o nosso pressuposto predominante.

[44] Nessa entrevista a interlocutora ainda chamava a ocupação (Cidade de Plástico) de "*invasão",* provavelmente por não fazer parte da liderança ou não ser tão conscientizada de questões relacionadas ao conceito desses termos como outros moradores já eram.

[46] Neste assunto, consultamos, antes de seguir para o trabalho de campo, o *Atlas sobre o direito de morar em Salvador* o que nos deu subsídios para entender a conjuntura de trabalho e renda em grande parte das ocupações; sabendo que nos condomínios se encontravam pessoas oriundas dos diversos movimentos e das mais diversas ocupações de Salvador.

[48] Não queremos aqui, de forma alguma apoiar a manutenção desses agentes nas ocupações tal e quais se encontram hoje. Queremos apenas demonstrar de forma mais empírica que conceitual a relação entre a saída das ocupações e a chegada aos condomínios confrontando-as com variáveis objetivas como o quadro da economia doméstico-comunitária apresentado no período da nossa pesquisa.

[49] Legenda da tabela de ocupações: 1- Administrativas; 2- Comércio e atividades auxiliares; 3- Prestação de Serviços; 4- Trabalhador Informal; 5- Desempregado.

[50] Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, que tem por finalidade executar as obras e ações imediatamente correlatas, inerentes às políticas de desenvolvimento urbano e habitacional no Estado da Bahia.

[52] Reportagem de Jhonatã Gabriel para o site da SECOM – Secretaria de Comunicação Social no dia 31 de outubro de 2011: **PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA ENTREGA NOVAS MORADIAS EM SALVADOR**.

[54] Teremos que insistir, como estratégia metodológica, em uma comparação entre a situação nas ocupações e a "nova" nos conjuntos/condomínios.

[55] Como já havíamos citado anteriormente, indicamos como utensílios modernos aqueles propostos por MARICATO (1977), ponderando alguns que a conjuntura atual não mais inclui em nossas residências, e outros que entendemos como importantes nos lares atualmente. Quanto a isso é importante questionar junto à MARICATO *o que estaria sendo consumido, em termos de objetos industrializados, pelo vasto contingente de massas urbanas que, por seu baixo poder aquisitivo, não teriam acesso imediato ao vasto "repertório" dos bens duráveis industrializados atualmente?* (pág. 9).

[56] Esse determinismo econômico não esta explicito no texto de MARICATO. Ela apenas nos mostra que *"*(...) *É preciso sair do universo do consumo para buscar, no campo da produção, o motor de tal situação e as explicações para as contradições, aparentes ou não, entre ideologia e as necessidades". (...) Determinados bens e não outros são produzidos em massa, distribuídos e divulgados de forma a envolver o consumidor da adoção*

de novos hábitos. Os novos hábitos se transformam em necessidades e passam a fazer parte do indispensável do modo de vida, de forma bastante "natural".

[57] No caso da nossa pesquisa essa característica física e ecológica se da, num primeiro instante, enquanto os agentes habitam suas casas nas ocupações; e no momento das nossas abordagens num instante imediatamente posterior a sua mudança.

[58] No caso, os movimentos de *sem-teto.*

[60] Estamos aqui tratando o conceito de comunidade como aquele local onde é exercida a dimensão do *capital social*, nos moldes como (GUIMARÃES 2011 defendeu).

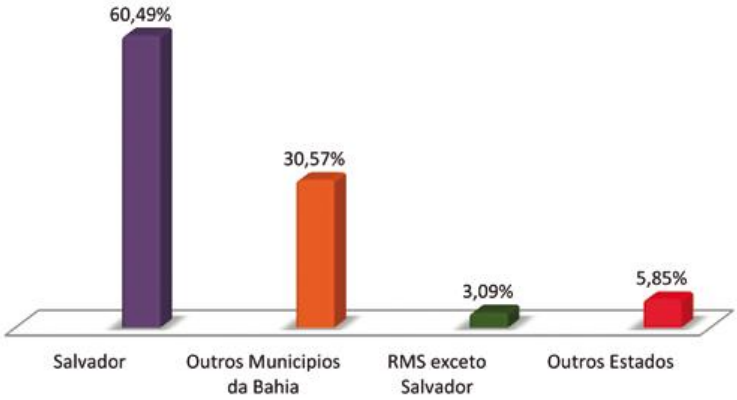
[61] *"Existem, por parte dos coordenadores, tentativas não apenas de estabelecer regras na ocupação (como horário de entrada e saída, responsabilidades em relação à manutenção e limpeza da área), mas de ter um certo controle sobre quem entra e quem sai e vários são os critérios utilizados para a realização dessa seleção, como demonstra o depoimento a seguir. "Quando alguém quer morar na ocupação a gente faz um levantamento pra saber de quem se trata – o cara vai ter que me dar um atestado de antecedente, é em cima disso que eu vou ver se ele pode morar aqui." Vale destacar que esse controle é mais efetivo nas ocupações de prédio, onde é possível se estabelecer apenas uma entrada e saída do local. No caso das ocupações em terreno o controle por parte das coordenações é mais difícil, em função da dificuldade de monitorar o acesso às mesmas. Ainda assim as situações de conflito são permanentes: 'uma vez chegou aqui um rapaz, ele me chamava de pai. Depois começou comprando maconha na boca e revendendo na ocupação (...)" (AFONSO e SANTOS 2012, pág. 67).*

[62] Esse questionamento se baseia especialmente no argumento de GUIMARÃES no qual diz *"A sociabilidade primária (familiares, amigos ou vizinhos) também parece relativamente ameaçada em diferentes bairros da cidade, contribuindo para um relativo isolamento social e uma fragilização das relações de interdependência que fundam as relações comunitárias e que podem se mobilizadas em ocasiões especificas, diante de situações de maior gravidade, quando envolvem problemas de saúde e acidentes"* (GUIMARÃES, 2011 *apud* GUIMARÃES 2002).

7. Anexos

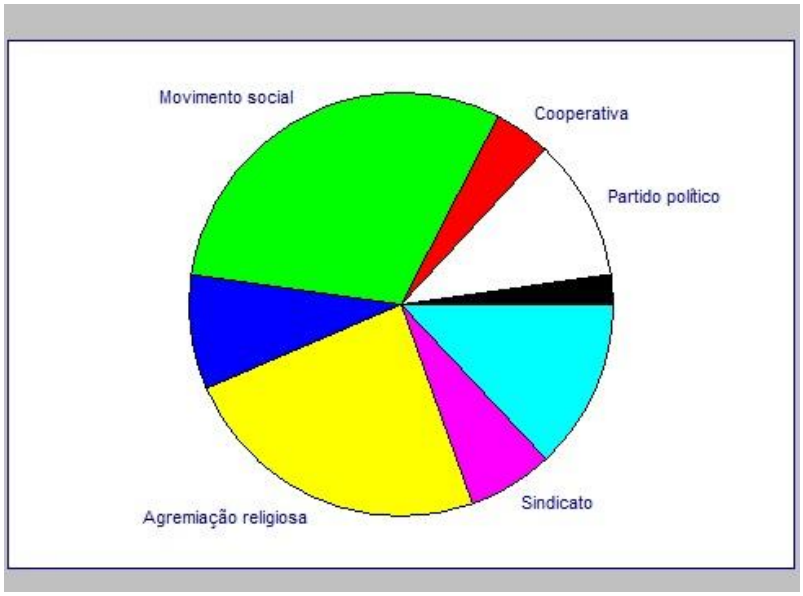
Anexo 1: Lista de Gráficos

Gráfico 06: Local de Nascimento do responsável pela família



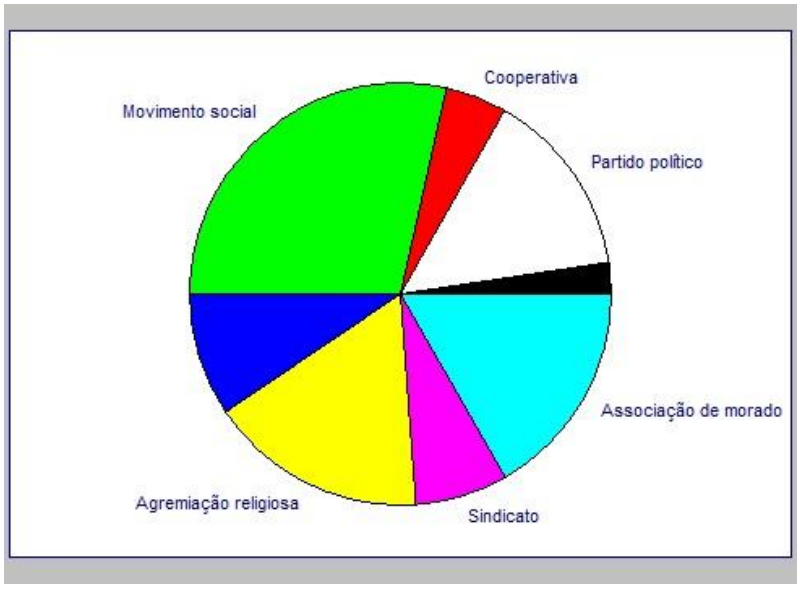
Fonte: Atlas sobre o direito de morar em Salvador (SANTOS e AFONSO 2012).

Gráfico 07: Atividade Social Organizada enquanto morador da Ocupação.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Gráfico 08: Atividade Social Organizada enquanto morador do condomínio.

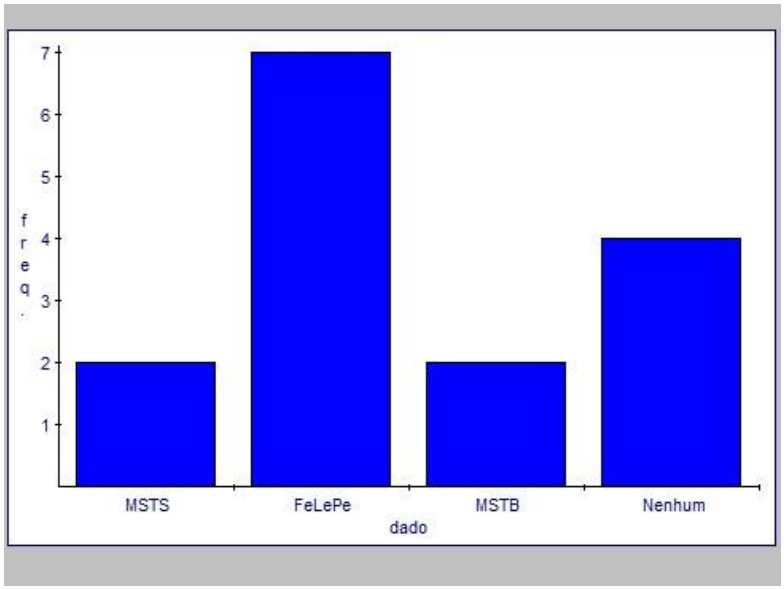


Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Gráfico 09: Faixa etária dos entrevistados:

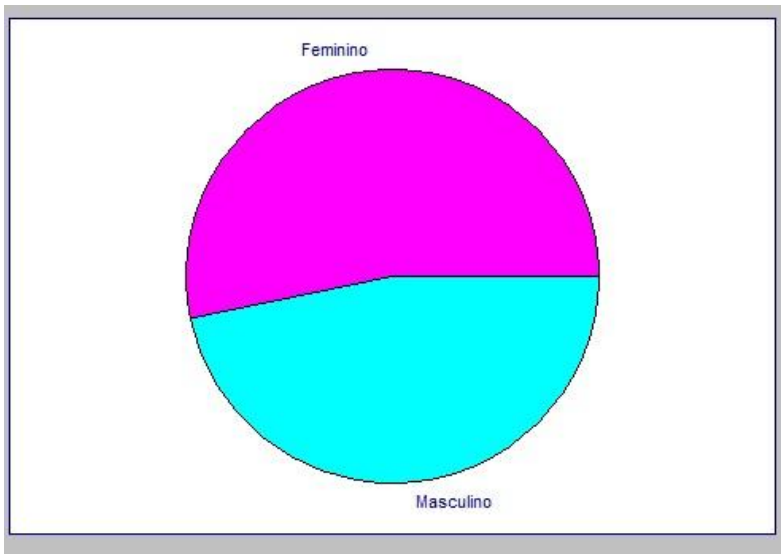
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Gráfico 10: Movimento Social de origem.



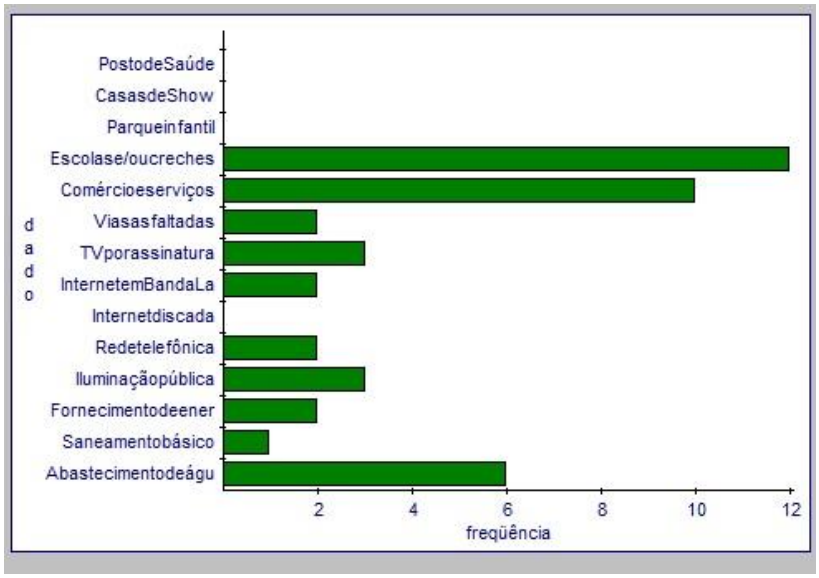
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Gráfico 11: Gênero dos entrevistados.



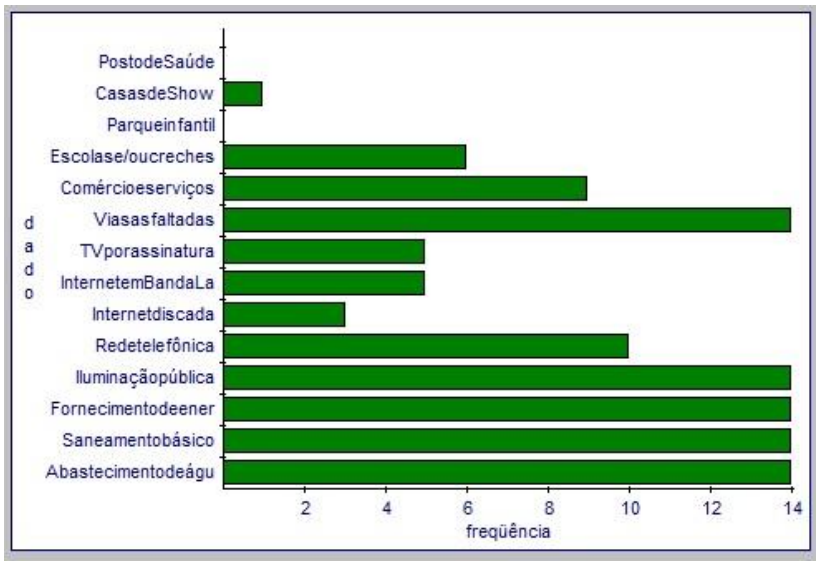
Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Gráfico 12: Uso de serviços enquanto morador da Ocupação.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Gráfico 13: Uso de serviços enquanto morador do condomínio.



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

7.2. Anexo 2: Lista de imagens.

Imagem 08: Parque infantil no Residêncial Jardim Cajazeiras.

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Imagem 09: Quiosque de lazer no Residencial Jardim Cajazeiras.

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Imagem 09: Quadra de esportes no Residêncial Jardim Cajazeiras.

Fonte: Trabalho de campo, 2013

Imagem 10: Circuvizinhança do Residêncial Jardim Cajazeiras.

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Imagem 11: Caixa de Registros de fornecimento de água no Residêncial Pirajá.

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Imagem 12: Portaria do Residencial Jardim Cajazeiras.

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

7.3. Anexo 3: Instrumentos de pesquisa.

3.1: Variáveis para a pesquisa.

1 - Tabela de ocupações

Ocupação	**Antes**		**Depois**		
	Sim	Não	Sim	Não	
Administrativas					
Burocráticas e de escritório					
Técnicas, científicas, artísticas e afins.					
Agropecuária e extração vegetal, animal ou mineral.					
Indústria de transformação e construção civil					
Comércio e atividades auxiliares					
Transporte e comunicação					
Prestação de serviços					
Defesa nacional e segurança pública					
Trabalhador informal					
Outras ocupações ou ocupações mal definidas					
Aposentado ou auxilio social					
Desempregado					
Total de respostas					
Total de pessoas economicamente ativas					

2 – Estrutura do consumo

Tipo de despesas (escolha de prioridades nos gastos)	Proporções dos gastos familiares excetuando-se o custo com a moradia			
	Antes		**Depois**	
	Muito	Pouco	Muito	Pouco
Alimentação				
Vestuário				
Saúde				
Limpeza domestica				
Equipamentos domésticos				
Transporte				
Higiene pessoal				
Educação, cultura				
Recreação, viagens, lazer				
Fumo, bebida				
Prestações de compras				
Tarifas de serviços básico (água, luz ou telefone...)				
Tarifas de serviços qualificados (TV por assinatura, internet...)				
Total	Absoluto	%		

3 – Posse de Aparelhos de uso residencial

Possui em casa	Antes		Depois		
	Sim	Não	Sim	Não	
Fogão a gás					
Chuveiro elétrico					
Geladeira					
Máquina de lavar					
Ferro elétrico					
Liquidificador					
Aspirador de pó					
Ar condicionado					
Aparelho de som					
Televisão					
Vitrola					
Gravador					
Câmera fotográfica					
Ventilador					
Computador de mesa					
Notebook					
Tablet					
Celular					
Smartphone					
Automóvel					
Outros					
Total	Absoluto		%		

4 – Uso de serviços

Serviço					
	Antes		**Depois**		
	im	ão	im	ão	
Abastecimento de água					
Saneamento básico					
Fornecimento de energia elétrica					
Iluminação pública					
Rede telefônica					
Internet discada					
Internet em Banda Larga					
TV por assinatura					
Vias asfaltadas					
Comércio e serviços próximos					
Escolas e/ou creches próximas					

5 - Atividade social "organizada":

Serviço					
	An tes		**De pois**		
	im	ão	im	ão	
Associação de moradores.					
Sindicato					
Agremiação religiosa					
Agremiação esportiva					
Movimento social					
Cooperativa					
Partido político					

Roteiro para entrevista semi-estruturada.

I) DINÂMICA SOCIAL NO CONJUNTO/CONDOMÍNIO		
01. Quando o Sr. ou Sra. veio morar nessa casa? Fale um pouco sobre a sua chegada. E antes de participar do movimento, onde morava?		02. Por qual motivo o senhor/senhora foi participar do movimento?
03. O que mudou no movimento após a vinda pra esse conjunto/condomínio? A percepção dos moradores: melhorou? Piorou? Em que aspectos? (transporte, rede de esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, abastecimento de água).		04. Existem problemas de segurança no seu bairro? Em relação ao passado, melhorou ou piorou?
05. Como é o atendimento em saúde?		06. Como é o atendimento em educação? Existe escola próxima a sua casa? Na sua família existem crianças ou adolescentes de 6 a 14 anos? Estão matriculados?
07. E o Senhor ou Senhora gosta de morar nesse conjunto/condomínio? Por quê?		08. E como é a convivência (entre os vizinhos) nesse conjunto/condomínio?
09. O Senhor ou Senhora conta com a ajuda de seus vizinhos? Em quais situações?		
09.1- Falta de alimento em casa:	09.2- Falta de dinheiro:	09.3- Doença, acidente ou falta de medicamento em casa:
09.4- Situações de assaltos, roubos, tiroteios:	09.5- Empréstimos de objetos domésticos (exemplos).	09.6- Quais as outras situações:
II) ESTRATÉGIAS FAMILIARES E DE SOBREVIVÊNCIA		
10. Quem sustenta a família?		11- Este sustento depende de uma só pessoa?(HOMEM OU MULHER):

12. Como é resolvido o pagamento das principais despesas (Compra de alimentos, aluguel, conta de luz, água, e gás, vestuário, escola, medicamentos, outros)?		13. Em comparação com anos anteriores, o sustento da casa ficou mais fácil ou difícil?
14. A quantidade de mobiliário na sua casa aumentou ou diminuiu por ocasião da mudança?		15. E todos esses movei/eletrodomésticos são de extrema necessidade na sua casa?
16. O pagamento desses serviços ou mobiliário comprometeu mais a renda da sua família?		17. Como manter o pagamento?